



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ  
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 1/2024 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova Ad Referendum a Reformulação do Plano de Curso Técnico em Meio Ambiente na Modalidade Subsequente - Campus Laranjal do Jari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

O PRESIDENTE EM EXERÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.002043.2023-65,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar *Ad Referendum* a Reformulação do Plano de Curso Técnico em Meio Ambiente na Modalidade Subsequente - Campus Laranjal do Jari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Romaro Antonio Silva, REITOR - PRES. CONS - GAB**, em 16/01/2024 16:41:14.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/01/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 81424

Código de Autenticação: 91974ee1c3





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

# **CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM MEIO AMBIENTE, NA FORMA SUBSEQUENTE, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

## **Plano de Curso**

*Aprovado pela Resolução nº 1/2024/CONSUP/RE/IFAP de 2024.*

*Campus Laranjal do Jari  
2023*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO OLIVEIRA DE ALMEIDA  
**REITORA**

VITOR HUGO GOMES SALES  
**PRÓ-REITOR DE ENSINO**

ROMARO ANTÔNIO SILVA  
**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA  
**COORDENAÇÃO DE ENSINO A DISTÂNCIA**

LUCILENE DE SOUSA MELO  
**DIRETORA-GERAL DO CAMPUS LARANJAL DO JARI**

FRANCISCLEYTON DOS SANTOS DA SILVA  
**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO – CAMPUS LARANJAL DO JARI**

LUIZ FERNANDO LOBATO SARAIVA  
**COORDENADOR DE CURSO DE MEIO AMBIENTE**  
**PORTARIA Nº159/2023-GAB/RE/IFAP**

LUIZ FERNANDO LOBATO SARAIVA

ANDRÉ BACELAR RODRIGUES

ANA LIS PIMENTEL BRILHANTE

FRANCISCLEYTON DOS SANTOS DA SILVA

JANE BARBOSA SANTOS

JULIANA EVELINE DOS SANTOS FARIAS

LILIAN LOBATO DO CARMO

LUCICLEUMA LOBATO DO AMARAL

MICHAEL MACHADO DE MORAES

RAIMUNDO DE MOURA ROLIM NETO

RICARDO SILVA OLIVEIRA

WANDERSON MICHEL DE FARIAS PANTOJA

**Comissão local responsável pela atualização do Plano de Curso Técnico em Meio Ambiente (subsequente) do Campus Laranjal do Jari.**  
**PORTARIA Nº 64/2023 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL/-LRJ/IFAP, de 16 de Maio de 2023.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ESCOLAR	
<b>CNPJ:</b> :10820882/0003-57	
<b>Razão Social:</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	
<b>Nome Fantasia:</b> IFAP	
<b>Esfera Administrativa:</b> Federal	
<b>Endereço:</b> : Rua Nilo Peçanha, nº1.263–Bairro Cajari	
<b>Cidade/UF/CEP:</b> Laranjal do Jari-AP / CEP:68.909-398	
<b>E-mail de contato da coordenação:</b> <a href="mailto:den.jari@ifap.edu.br">den.jari@ifap.edu.br</a>	
<b>Site:</b> <a href="http://www.ifap.edu.br">www.ifap.edu.br</a>	

CURSO TECNICO	
<b>Eixo Tecnológico:</b> Ambiente e Saúde	
<b>Denominação do Curso:</b> Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente na Forma Subsequente, na Modalidade a Distância	
<b>Habilitação:</b> Técnico em Meio Ambiente	
<b>Turno de Funcionamento:</b> Noturno	
<b>Números de Vagas:</b> 40	
<b>Modalidade:</b> a Distância	
<b>Regime:</b> Modular	
<b>Integralização Curricular:</b> um ano e seis meses	
<b>Total de Horas do Curso:</b> 1.450 horas	
<b>Horas de Aula:</b> 1.200 horas	
<b>Prática Profissional</b>	<b>Estágio e/ou Projeto:</b> 200 h
	<b>Atividades Complementares:</b> 50 horas
	<b>Total da Prática Profissional:</b> 250 h
<b>Coordenadora do Curso:</b> Luiz Fernando Lobato Saraiva	
<b>E-mail da coordenação:</b> <a href="mailto:tecnicoambiente.jari@ifap.edu.br">tecnicoambiente.jari@ifap.edu.br</a>	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2</b>	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO .....</b>	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>5</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>6</b>	<b>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....</b>	<b>13</b>
<b>6.1</b>	<b>Forma de organização do curso.....</b>	<b>13</b>
<b>6.2</b>	<b>Metodologia .....</b>	<b>14</b>
<b>6.3</b>	<b>Matriz curricular do curso .....</b>	<b>18</b>
<b>6.3.1</b>	<b>Componentes Curriculares, competências, bases científicas/tecnológicas, bibliografia básica e bibliografia complementar.....</b>	<b>19</b>
<b>6.4</b>	<b>Prática profissional.....</b>	<b>37</b>
<b>6.4.1</b>	<b>Estágio e/ou Projeto.....</b>	<b>37</b>
<b>6.4.1.1</b>	<b>Metodologia de desenvolvimento da prática profissional através de projeto.....</b>	<b>38</b>
<b>6.4.2</b>	<b>Atividades Complementares .....</b>	<b>41</b>
<b>7</b>	<b>CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....</b>	<b>44</b>
<b>7.1</b>	<b>Do aproveitamento de experiências anteriores .....</b>	<b>46</b>
<b>8</b>	<b>CRITÉRIOS E APROVEITAMENTO DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>47</b>
<b>8.1.</b>	<b>Recuperação final .....</b>	<b>48</b>
<b>9</b>	<b>BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....</b>	<b>49</b>
<b>9.1</b>	<b>Estrutura didático pedagógica.....</b>	<b>49</b>
<b>10</b>	<b>PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO .....</b>	<b>56</b>
<b>10.1</b>	<b>Pessoal docente.....</b>	<b>56</b>
<b>10.2</b>	<b>Pessoal técnico-administrativo.....</b>	<b>57</b>
<b>11</b>	<b>CERTIFICADOS OU DIPLOMA .....</b>	<b>58</b>
<b>12</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
	<b>APÊNDICES OU ANEXOS .....</b>	<b>63</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

## **1 JUSTIFICATIVA**

A educação profissional a distância vem ganhando reconhecimento e importância, principalmente após a publicação do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamentou o art. 80 da LDB, que trata da oferta de cursos na modalidade de educação a distância para todos os níveis de ensino, transformando e inovando o conceito de educação a distância como uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem. A educação a distância (EAD) firma-se como uma modalidade educacional em que o intermédio didático-pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos, dando um novo formato a essa metodologia de ensino. O professor passa a ser peça essencial não só no planejamento e na elaboração de recursos didáticos como também durante todo o processo do ensino e aprendizagem.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, visualizando a importância e abrangência da modalidade educacional EAD e a importância de profissionais na área de meio ambiente em conformidade com as demandas locais e globais na área, organizou o projeto pedagógico do curso técnico em Meio Ambiente. Vale ressaltar que, no município de Laranjal do Jari, não é oferecido um curso com esta formação.

Recentemente a região amazônica encontra-se sob forte ameaça uma vez que seus ecossistemas estão passando por intervenções humanas significativas, principalmente, a partir das décadas de 1970. As políticas de integração nacional, redesenhadas pelos militares de 1964, se fez a partir de diversos tipos de intervenções, por meio, de planos, projetos e programa na Amazônia, com o avanço do capitalismo na região, os impactos socioambientais, foram consideráveis e, de certo modo, perenes, a exemplo, das barragens das usinas hidrelétricas e das estradas e rodovias abertas no interior da floresta.

Destaca-se que até 1974 apenas 1% da floresta amazônica havia sido devastada e que cada governo equivale a uma nova fase e etapa de intervenções na região, com destaque para o Projeto Grande Carajás lançado no final da década de 1970. Com o desenvolvimento da agropecuária e o do agronegócio (PETIT, 2010), estima-se que em torno de 18% da floresta já tenha sido devastado. Vale ressaltar que outros biomas brasileiros se encontram



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

em situações alarmantes como no caso da mata Atlântica onde existe apenas 12% de sua floresta total, o Pampa gaúcho perdeu 54% de sua área original, a devastação do cerrado chegou a 49%, a caatinga perdeu 45,6% de sua área original, enquanto que o Pantanal perdeu 15% (LEAL e NEDER, 2012), portanto essa realidade de devastação e perda de fauna e flora, estão caracterizando os biomas brasileiros, e as consequências se revelam negativas.

Em outras regiões do mundo, a escassez de água, o empobrecimento do solo, o esgotamento de recursos naturais não renováveis, dentre outros, já é uma realidade, o aquecimento global permite-nos afirmar que todas as áreas do planeta sofrem atualmente ações de desregulamento ocasionadas pelas poluições provocadas pelo ser humano, como consequência, os conflitos começam a ocorrer.

A área profissional de meio ambiente, compreende ações de preservação dos recursos naturais, com controle e avaliação dos fatores que causam impacto nos ciclos de matéria e energia, diminuindo os efeitos causados na natureza (solo, água e ar).

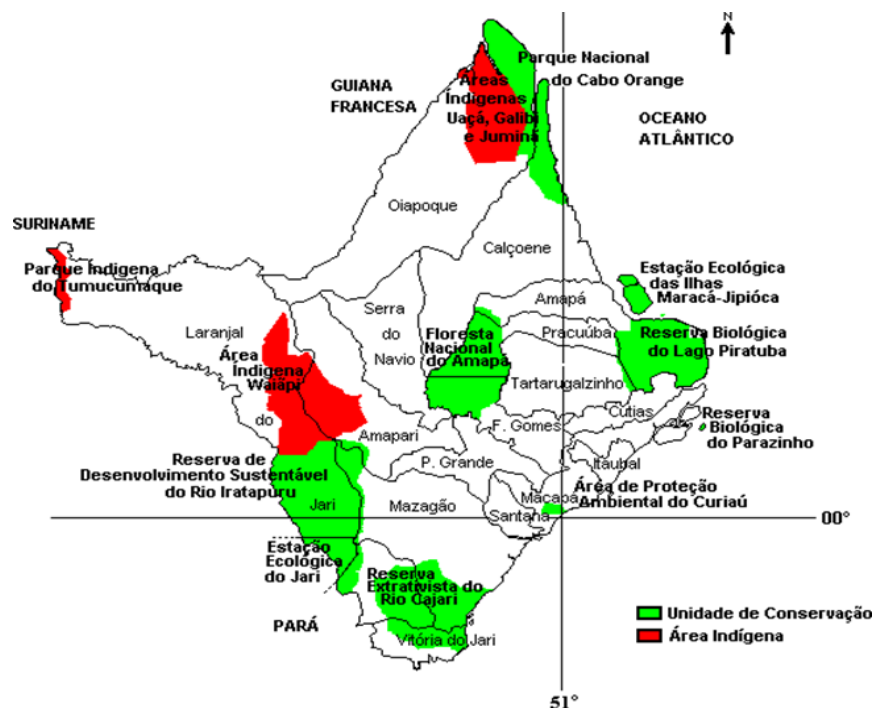
A demanda do mercado de trabalho para Técnico em Meio Ambiente tende a aumentar, devido carência de profissionais com esta formação e ao crescimento de atividades preocupadas com as questões ambientais. De uma maneira geral, pode-se visualizar uma tendência de toda a sociedade em rever seu posicionamento, atitudes e hábitos, em virtude das modificações ambientais que estão ocorrendo.

O município de Laranjal do Jari, conhecido como paraíso das águas, que foi ocupado em 1967 pelo Grande Projeto Industrial Jari Celulose, cujo objetivo era explorar a celulose e proporcionar desenvolvimento para a região. Em relação ao surgimento do Beiradão, como é tratado pejorativamente o município de Laranjal do Jari, o discurso fora extremamente utópico, com dinâmicas territoriais distorcidas, precárias e problemáticas, que sofre as mazelas da ocupação desordenada de uma área de risco às margens do rio Jari. Atualmente tem área territorial de 30.782,998, é o terceiro mais populoso do município do Amapá, com 46.639 habitantes, apresentando baixa densidade demográfica de 1,29 hab/km<sup>2</sup> e índices alarmantes de falta de saneamento, energia, água encanada, ruas sem pavimentação e criminalidade (IBGE 2016). O município apresenta características que justificam plenamente a demanda por profissionais na área ambiental por ser constituído de várias Unidades de Conservação (UC's), a exemplo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru, Estação Ecológica do Jari e Reserva Extrativista do rio Cajari



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

e ainda terras indígenas (CHAGAS, 2015). Além disso, a região do vale do Jari também possui um caráter ambiental marcante, respaldado por empresas de mineração e exploração florestal, as quais demandarão de profissionais habilitados no segmento



Fonte: Chagas (2015).

Essas práticas apresentam necessidade no monitoramento, na recuperação e nos próprios processos produtivos. O município de Laranjal do Jari, é bem característico dos municípios da região amazônica que se encontram a beira de rios, sua dinâmica de ocupação é própria e a relação ser humano e natureza se faz na proximidade, impactando experiências e culturas, contudo, a industrialização permitiu a chegada cada vez mais de produtos não degradáveis, e o crescimento não planejado, permitiu impacto nas áreas de saúde ambiental e saneamento ambiental, características também do município vizinho de Vitória do Jari, e do município limítrofe de Almeirim, este último localizado no estado do Pará.

Essa realidade que caracteriza o estado do Amapá e o município de Laranjal do Jari, já reforçam a necessidade de técnicos em meio ambiente, por conseguinte, a necessidade nacional, por meio do aumento da legislação ambiental e dos órgãos e demais instituições de fiscalização e pesquisa na área ambiental permite com que esse profissional seja absorvido pelo mercado de trabalho, tanto em âmbito local, regional e nacional.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Do cenário apresentado, o IFAP campus Laranjal do Jari, tem ofertado curso na área de Meio Ambiente, fortalecendo o eixo Meio Ambiente e Saúde, tanto na modalidade presencial, quanto na Educação a Distância. Em 2018, foi apresentado e aprovado o Plano de Curso Técnico em Meio Ambiente em EaD, cujo sua integralização era de 24 meses e em 4 módulos, no entanto ao se fazer a revisão dos aspectos didáticos e curriculares, foi observado a necessidade de apresentar uma nova matriz curricular, para que seja efetuada a integralização do curso em 1 ano e seis meses, de acordo com o que prever o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, sendo os componentes ofertados em 3 módulos.

A presente propositura curricular observa sobretudo os aspectos específicos da formação técnica na área de Meio Ambiente, unificando a eficiência, mas igualmente o atendimento das demandas da formação contemporânea. A nova matriz apresenta componentes novos, mas ao mesmo tempo, reformulações de componentes, para que se adequem a formação dos técnicos ambientais, numa metodologia que perceba todas as áreas de conhecimento unificada ao saber teórico-prático, tais como: Ambientação em Ensino a Distância, no objetivo que o estudante se aproprie das ferramentas de aprendizagem no AVA; Português Instrumental, Estatística Ambiental e Metodologia do Trabalho Científico, compreendendo a formação comum e propedêutica, mas sem a perda do itinerário formativo do profissional técnico em meio ambiente.

Neste curso apresentamos em sua estrutura um alinhamento e sistematização de componentes curriculares, que conduzem o processo de aprendizagem e habilitação do Técnico em Meio Ambiente, a partir de novas áreas, que difere do Plano de Curso anterior, tais como Ecologia dos Ecossistemas, Saneamento Ambiental e Recuperação de Áreas Degradadas. Por fim, foi estabelecido a ressignificação de alguns componentes, Política e Legislação Ambiental, Ecoturismo, Ética, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável, Áreas Protegidas, Gestão de Resíduos Sólidos, Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental, Sistema de Gestão, Certificação e Auditoria Ambiental, pensados de forma atualizada e interdisciplinar, atendendo assim uma formação contemporânea para o profissional técnico em Meio Ambiente em consonância com as bases e habilidades previstas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - CNCT.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Formar profissional de nível técnico, na forma subsequente, com capacidade para atuar na organização de programas ambientais, conservação e preservação dos recursos naturais, na redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, identificando processos de degradação e propondo medidas visando a minimização dos impactos ambientais com vistas à sustentabilidade ambiental.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Ter visão sistêmica do meio ambiente, saúde e segurança, que atua de forma autônoma e inovadora, acompanhando a evolução da profissão.
- Aplicar e respeitar as normas de proteção e de prevenção do meio ambiente, saúde e segurança no trabalho.
- Ter habilidades de comunicação e de trabalho em equipe multidisciplinar, atuando em ambientes naturais, urbanos e rurais, nas esferas pública, privada ou organizações não governamentais.
- Agir com ética profissional, sustentabilidade, flexibilidade, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber ser, do saber saber e do saber conviver.
- Atuar em atividades ligadas às questões ambientais, possuindo uma formação que estimula o desempenho de ações que visam à preservação do meio ambiente, respeitando a cultura e a história local.
- Saber fazer uso racional dos recursos naturais; executar planos de ação e manejo destes recursos de forma crítica, criativa e sustentável.
- Estabelecer controle e tratamento dos resíduos poluentes gerados pelas atividades humanas, contribuindo para o desenvolvimento de projetos e ações que visam diminuir as desigualdades sociais, através da educação e da inserção das comunidades nas atividades produtivas sustentadas.

## **3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO**

O acesso ao Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente, na forma subsequente, na Modalidade a Distância, será realizado mediante processo seletivo aberto ao



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

público, de caráter classificatório e/ou eliminatório ou por chamada pública de acordo com edital vigente aprovado pela Pró-Reitoria de Ensino, para acesso ao primeiro módulo do curso, para estudantes que detenham o certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

#### **4 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO**

Ao final da formação no Curso Técnico de Nível Médio em Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente, Modalidade a Distância, o aluno deverá demonstrar estar habilitado para:

- Coletar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais.
- Auxiliar na elaboração, na análise de projetos, nos relatórios e estudos ambientais.
- Propor medidas para a minimização dos impactos e recuperação de ambientes já degradados.
- Executar sistemas de gestão ambiental.
- Organizar programas de educação ambiental com base no monitoramento, na correção e prevenção das atividades antrópicas, na conservação dos recursos naturais através de análises preventivas.
- Organizar redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos.
- Identificar os padrões de produção e consumo de energia.
- Realizar levantamentos ambientais.
- Operar sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos.
- Relacionar os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente.
- Realizar e coordenar o sistema de coleta seletiva.
- Executar plano de ação e manejo de recursos naturais.
- Elaborar relatório periódico das atividades e modificações dos aspectos e impactos ambientais de um processo, indicando as consequências de modificações.
- Realizar ações de saúde ambiental nos territórios.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

- Desenvolver tecnologias sociais ambientais.
- Promover ações de manejo ambiental.
- Avaliar e monitorar sistema de tratamento e abastecimento de água, bem como de esgotamento sanitário.
- Monitorar os indicadores de qualidade do ar atmosférico.
- Executar ações de controle e manejo da poluição.
- Realizar vistoria ambiental e sanitária.
- Realizar monitoramento ambiental.
- Elaborar diagnóstico das condições socioambientais, econômicas e culturais.
- Identificar e intervir nos problemas de saúde relacionados aos fatores de riscos ambientais do território com o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.
- Conhecer e utilizar sistemas de informação geográficas para uso em atividades de geoprocessamento no trabalho ambiental.
- Integrar ações da saúde do trabalhador com saúde ambiental.
- Conhecer e integrar o sistema de saneamento ambiental bem como sua relação com a saúde pública.
- Auditar sistemas de gestão ambiental.
- Atuar nas áreas de educação, proteção e recuperação ambientais.

Para a atuação como Técnico em Meio Ambiente, são fundamentais:

- Conhecimentos das políticas públicas de Meio Ambiente e compreensão de sua atuação profissional frente às diretrizes, princípios e estrutura organizacional do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).
- Conhecimentos das políticas públicas de saúde e compreensão de sua atuação profissional frente às diretrizes, princípios e estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Conhecimentos e saberes relacionados a processos de sustentabilidade, territorialização e monitoramento ambiental.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

- Organização, responsabilidade, resolução de situações-problema, gestão de conflitos, trabalho em equipe de forma colaborativa, comunicação e ética profissional.
- Atualização e aperfeiçoamento profissional por meio da educação continuada.
- Visão abrangente e integrada dos tópicos ambientais (água, ar, solo, fauna e flora) e sua dinâmica.
- Orientação e controle de processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental.
- Atuar em equipes de gerenciamento ambiental de órgãos públicos e privados.

## **5 ÁREA DE ATUAÇÃO**

Compete ao profissional Técnico em Meio Ambiente, assim como para a atuação como Técnico em Meio Ambiente, são fundamentais:

- Pesquisar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais, colaborando na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais.
- Auxiliar na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental, atuando na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem, identificando as intervenções ambientais, Analisar as consequências e operacionalizar a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos;
- Identificar as características dos principais ecossistemas, a importância da preservação das florestas para a manutenção da biodiversidade e de serviços ambientais correspondentes, estabelecendo relações entre cobertura vegetal, fauna, clima, relevo, solos e recursos hídricos em biomas situados no território brasileiro.

O Técnico em Meio Ambiente encontra um amplo leque de oportunidades profissionais, podendo atuar no setor de:

- Controle ambiental;
- Química ambiental;
- Indústrias de açúcar e álcool;
- Saneamento básico;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

- Projetos do poder público;
- Educação.

## **6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

O Curso Técnico em Meio Ambiente na forma subsequente EaD, foi organizado de modo a possibilitar uma formação geral e a formação profissional, capacitando o estudante para a inserção no mundo do trabalho de forma criativa e empreendedora, permitindo ao egresso uma atuação transformadora no desenvolvimento da sociedade. Assim, o currículo do Curso Técnico em Meio Ambiente na forma subsequente observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da educação profissional de nível técnico e no Decreto nº 5.154/04, bem como a Resolução nº 07/2014/CONSUP/IFAP, reformulada por meio da Resolução nº 100/2020/CONSUP/IFAP, que aprova a Instrução Normativa nº 01/2020/CONSUP/IFAP para elaboração e atualização dos Planos de Cursos Presenciais e a Distância do IFAP e a Resolução Nº 015/2014/CONSUP/IFAP, de 02 de Maio de 2014, que Aprova a Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível médio na Forma Subsequente no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

### **6.1 Forma de organização do curso**

A organização do curso está estruturada em regime modular/semestral com uma Matriz Curricular integralizada por componentes curriculares e divididos em três períodos letivos. O primeiro período do curso compreende as disciplinas de Ambientação em Educação a Distância, Português Instrumental, Matemática Aplicada, Gestão e Educação Ambiental e Metodologia do Trabalho Científico que subsidiam a formação técnica do aluno. Os dois períodos seguintes se constituem de componentes da formação técnica, Direito Ambiental e Ética.

Cada módulo possui o mínimo de 100 (cem) dias efetivos de trabalhos escolares organizado com uma carga horária de 240 horas/aula presenciais e 960 horas/aula a distância, num total de 1.200 horas/aula de formação profissional. Além dessas horas, o curso ainda está estruturado em 250 horas de Prática Profissional, sendo esta distribuída entre 200 horas de estágio e/ou projeto e 50 horas de atividades complementares. Dessa forma, o Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente apresenta uma carga horária geral de 1.450



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

horas. Importante destacar que a hora/aula aqui descrita equivale a 60 minutos.

O curso terá uma forma de organização semestral, em que os componentes curriculares serão desenvolvidos por módulos. Os estudantes terão 20% da carga horária total de cada componente em encontros presenciais com o professor, dentre os quais fará uma avaliação (presencial). A recuperação será realizada de forma presencial, em 4 (quatro) aulas, das quais 2 (duas) aulas serão destinadas para revisão dos conteúdos e 2 (duas) aulas para aplicação de um instrumento avaliativo, na forma do art, 21 da Resolução nº 53/2019-CONSUP/IFAP. As 4 (quatro) aulas destinadas à recuperação não computarão entre os 20% da carga horária presencial. Os encontros presenciais serão acompanhados pela coordenação pedagógica e coordenação de Curso Técnico em Meio Ambiente do *Campus Laranjal do Jari*.

Os estudos a distância ocorrerão por intermédio do contato dos estudantes com os professores e materiais de apoio didático postados pelo professor no Ambiente de Aprendizagem (Plataforma AVA.EAD), bem como a realização das atividades avaliativas.

## **6.2 Metodologia**

O processo de ensino-aprendizagem constitui-se da construção do conhecimento no qual o professor e o estudante são agentes participantes na tentativa de compreender, refletir e agir sobre os conhecimentos. Neste sentido, os professores nas aulas a distância e nos encontros presenciais incentivam uma construção do conhecimento através de aulas dialogadas, do material didático, da pesquisa, das experiências e atividades de aprendizagem, estimulando o estudante a participar de eventos científicos como seminários, mesas redondas, colóquios, fóruns, entendendo-se que estas atividades permitem uma maior aproximação dos estudantes em relação aos projetos de pesquisa que estes podem vir a realizar no decorrer do curso.

Durante o processo de ensino-aprendizagem os conteúdos serão trabalhados de forma interdisciplinar, buscando um aprendizado mais significativo onde o estudante irá adquirir capacidade de relacionar a teoria e a prática dentro de um universo de conhecimento, experiência e situações profissionais. Seu desenvolvimento técnico-científico é enriquecido por questionamentos e soluções inovadoras, aplicadas às situações práticas ligadas a sua vida profissional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

As situações de aprendizagem previstas no decorrer do curso têm como eixo integrador a relação entre componentes curriculares que consideram o atendimento das demandas, estimulando a participação ativa dos estudantes na busca de soluções para os desafios encontrados. Estudos de caso, pesquisas em diferentes fontes, contato com empresas, órgãos e especialistas da área, visitas técnicas, trabalho de campo, constituem o rol de atividades a serem trabalhados no desenvolvimento dos conteúdos previstos.

Na atual sociedade, estamos aprendendo a conhecer, a comunicar, ensinar, integrando o ser humano e a tecnologia. É importante aprender por todos os canais possíveis, a experiência, a imagem, o som e integrar o singular ao plural, falando de algo que conhecemos e vivenciamos e que contribua para que todos avancem no grau de compreensão do que existe. Necessitamos de pessoas agindo com autonomia na sociedade e que modifiquem as estruturas arcaicas e autoritárias existentes.

Segundo Almouloud (1997), o uso do computador permite: individualizar o estudo de comportamento dos sujeitos; tornar os estudantes autônomos na gestão de sua aprendizagem; tratar em tempo real uma parte da avaliação; integrar numerosas informações multidimensionais e ainda diminuir o efeito emocional da avaliação.

Aliado ao computador, destaca-se a indiscutível importância da internet como ferramenta singular na disseminação de ideias, características que rompem com os paradigmas educacionais, em que não cabem mais arbitrariedades de opiniões, linearidade de pensamento, um único caminho a ser trilhado.

A EaD é uma modalidade de ensino em que o estudante busca na interação compreender os conteúdos. É um sistema de ensino e de aprendizagem no qual há um aporte técnico-metodológico em função da aprendizagem qualitativa desse indivíduo. Há todo um fazer pedagógico que atende as especificidades do estudante EaD objetivando a sua efetiva aprendizagem.

Nesta modalidade a educação pode ocorrer de forma assíncrona<sup>1</sup> e síncrona<sup>2</sup>, quando

---

<sup>1</sup> Assíncrono: Comunicação que não ocorre no mesmo instante, como, por exemplo, no caso de troca de e-mails, fóruns etc. (MATTAR, 2011). Aqui temos a categoria mais tradicional do ensino a distância, em que os alunos precisam realizar o auto-estudo. Com a metodologia assíncrona, o conteúdo é adquirido com leitura e consulta a materiais sem a intervenção em tempo real, de um professor ou de outro mediador.

<sup>2</sup> Síncrono: Atividades que pressupõem duas ou mais pessoas conectadas ao mesmo tempo, para interagir (MATTAR, 2011). Esse tipo de ensino tem a interação em tempo real de um professor ou tutor com os cursistas. Os alunos assistem às aulas via satélite ou então por videoconferência/[BP] ou comunicam-se por meio de chat. Com esse método o ensino a distância fica menos “distante”, mas o custo pode subir.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

o docente e os estudantes encontram-se separados em alguns momentos temporal e/ou fisicamente. Assim, é necessário que ocorra a utilização de ferramentas tecnológicas que ofereçam ao estudante o suporte de que ele necessita para aprender neste novo modelo didático-pedagógico.

Diante do exposto, a metodologia de trabalho do IFAP está embasada no conceito de conhecimento dialético, ou seja, tem-se a concepção de que o conhecimento parte do particular para o geral, de uma prática social contextualizada para uma prática social reelaborada, passando da tese para a antítese e chegando-se a síntese, sendo este movimento sempre refeito, considerando o estudante como um sujeito ativo na apropriação do conhecimento. Já dizia Paulo Freire (2005), que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que ele ocorra. Sendo o conteúdo, (re)construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo.

Na EaD do IFAP campus Laranjal do Jari, contamos com ferramentas de acesso à comunicação e informação, e, de recursos didáticos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)<sup>3</sup>, são eles: forum, chat, mural, mensagem, materiais para downloads, aulas e vídeos, ampliação do conhecimento com links para acesso e avaliação. Dispomos do seguinte link para acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): <https://ava.ead.ifap.edu.br/login/index.php>. O AVA, cumpre os objetivos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem.

As aulas são ministradas por professores formadores especialistas, do quadro de pessoal docente do IFAP campus Laranjal do Jari e/ou de outros campi do IFAP por meio de cooperação técnica, com amplo conhecimento teórico e prático, com o objetivo de conduzir e orientar os estudantes nesse processo de aprendizagem. Os professores conferencistas utilizam slides e materiais de apoio didático previamente disponibilizados no AVA e metodologicamente elaboradas para o desenvolvimento formativo do educando. Há ainda o recurso do livro didático que, além de impresso, pode ser baixado em PDF no espaço virtual citado, além de recursos com link para dados abertos em plataformas científicas.

Para o desenvolvimento do curso alguns procedimentos metodológicos foram incluídos visando à melhoria da formação e da aprendizagem dos estudantes como a

---

<sup>3</sup> Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). É um sistema de software livre, com uma licença com código fonte de programa disponível, utilizado em EaD para a disponibilização de conteúdo, realização de atividades, avaliações e interação entre alunos e professores. Em inglês a sigla mais comum é LMS – Learning Management System (MATTAR, 2011; BARBOSA; MENDES, 2010).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Formação Inicial em Educação a Distância, que é ofertada nas primeiras aulas, onde os estudantes participam de orientação para realização do curso, enfatizando os procedimentos necessários ao uso das ferramentas e encaminhamentos para formação na modalidade a distância.

Os professores formadores, também, atuam como tutores no Ambientes Virtual de aprendizagem, pois não é apenas conteudista, mas acompanha assiduamente durante a oferta do componente curricular o processo de ensino-aprendizagem, no apoio aos estudantes no AVA. Além do suporte de tutoria pelo professor formador, durante o processo de aprendizagem no componente curricular em cada módulo, as turmas são assistidas tecnicamente pelo Setor de Educação a Distância do campus, vinculado a Coordenação Pedagógica. Portanto, metodologicamente os discentes são inseridos em um processo formativo de educação a distância com todo um suporte de pessoal e infraestrutura que visa atender a aprendizagem do educando.

As principais recomendações feitas aos estudantes dizem respeito à formação da capacidade de desenvolver sua autonomia intelectual a fim de que o mesmo possa atingir os objetivos de aprendizagem propostos no curso. Essas recomendações incluem: assistir e participar das aulas com formulação de perguntas ao professor, leitura dos livros referentes a cada aula, recorrer ao apoio e orientação junto aos professores, realização das atividades solicitadas como a Atividade Autoinstrutiva e Atividade Supervisionada, de acordo com as solicitações e orientações disponíveis no AVA. No polo presencial, devem ainda acontecer a formação de grupos de estudos para ampliar a apropriação dos conceitos discutidos em aula.

A proposta do Curso Técnico em Meio Ambiente envolverá três níveis. No primeiro nível o acompanhamento do processo de aprendizagem far-se-á nos encontros presenciais, em que o docente irá verificar:

- Se os estudantes estão compreendendo os conteúdos propostos nas unidades didáticas e os graus de dificuldades existentes;
- Se os estudantes têm condições de desenvolver ou não tarefas propostas no percurso das diferentes unidades didáticas;
- Se os estudantes estão em condições de estabelecer articulações contínuas entre os conhecimentos propostos e sua prática cotidiana.

Durante os referidos encontros, o professor desenvolverá os conteúdos através de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

aulas teóricas, demonstrativas e práticas, estudos de casos, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios, visitas técnicas a órgãos governamentais e empresas, possibilitando aos estudantes a construção de conhecimentos interdisciplinares, de forma coletiva e significativa.

O segundo nível caracteriza-se pelo estudo a distância, pelo contato dos estudantes com as tutorias, que é o mesmo professor formador, pelos diversos meios de comunicação, materiais de apoio didático e a realização das atividades para atender os critérios de avaliação.

O terceiro nível é o da avaliação que compreende prova presencial e atividades a distância que serão elaboradas pelo docente em cada componente curricular do curso.

### 6.3 Matriz curricular do curso

A matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente, na Modalidade a Distância observa um conjunto de componentes curriculares que ao serem trabalhados, conduzem ao desenvolvimento das competências que integram o perfil profissional de conclusão, conforme apresentado neste item 6.3 e no item 6.3.1. A matriz está estruturado da seguinte forma:

Tabela 1 - Matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente, Modalidade a Distância.

COMPONENTE CURRICULAR		C. H. PRESENCIAL 60 min	C. H. DISTÂNCIA 60 min	C. H. TOTAL 60 min
MÓDULO I	Ambientação em Ensino a Distância	16	64	80
	Português Instrumental	16	64	80
	Estatística Ambiental	16	64	80
	Gestão e Educação Ambiental	16	64	80
	Metodologia do Trabalho Científico	16	64	80
SUBTOTAL		80	320	400
MÓDULO II	Ecologia dos Ecossistemas	16	64	80
	Política e Legislação Ambiental	16	64	80
	Ecoturismo	16	64	80
	Ética, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável	16	64	80
	Saneamento Ambiental	16	64	80
SUBTOTAL		80	320	400
	Áreas Protegidas	16	64	80
	Gestão de Resíduos Sólidos	16	64	80
	Recuperação de Áreas Degradadas	16	64	80



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

MÓDULO III	Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental	16	64	80
	Sistema de Gestão, Certificação e Auditoria Ambiental	16	64	80
SUBTOTL		80	320	400
TOTAL DE HORAS/AULAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL		240	960	1200
PRÁTICA PROFISSIONAL	Estágio e/ou Projeto			200
	Atividades Complementares			50
	TOTAL DA PRÁTICA PROFISSIONAL			250
TOTAL GERAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO TÉCNICO				1450

**6.3.1 Componentes curriculares, competências, bases científicas/tecnológicas, bibliografia básica e bibliografia complementar**

<b>Curso:</b>	Técnico em Informática	<b>Forma:</b>	Subsequente EAD
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Informação e Comunicação	<b>Período Letivo:</b>	1º Módulo
<b>Componente Curricular:</b>	Ambientação em Ensino a Distância	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
<b>Ementa</b>			
Concepções e legislação em EaD. Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem; Ferramentas para navegação e busca na Internet. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação			
<b>Competências</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância e do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA</li> <li>• Conhecer as Concepções e legislação em EaD;</li> <li>• Dominar o Ambiente Virtual Aprendizagem (AVA);</li> <li>• Conhecer as Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação;</li> <li>• Compreender a importância do planejamento, comprometimento e da autonomia em cursos a distância;</li> <li>• Conhecer os conceitos, as ferramentas, principais recursos e software da educação a distância;</li> <li>• Aprender técnicas de estudo;</li> <li>• Conhecer o ambiente AVA e suas ferramentas.</li> </ul>			
<b>Base Científica e Tecnológica</b>			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<div>I UNIDADE</div> <ul style="list-style-type: none"><li>Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD.</li><li>Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD).</li><li>Legislação para EaD.</li><li>Regulamentação da EaD no Brasil: concepção Legal e determinações de aprendizagem.</li><li>Fundamentos da educação a distância;</li><li>Evolução da Sistemática EaD;</li><li>Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas.</li></ul> <div>II UNIDADE</div> <ul style="list-style-type: none"><li>O papel de cada agente da educaçãoEaD (Aluno/Tutor/Plataforma);</li><li>Como estudar em plataforma virtual;</li><li>Instrumentos e procedimentos de avaliação EaD;</li></ul>	<div>UNIDADE III</div> <ul style="list-style-type: none"><li>Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)</li><li>Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum.</li><li>Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário.</li><li>Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle.</li><li>Relatórios de atividades.</li></ul>		
<div>Bibliografia Básica</div> <p>BARBOSA, Rommel Melgaço. <b>Ambientes virtuais de aprendizagem</b>. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>LIMA, A. <b>Fundamentos e Práticas na EAD</b>. Natal: UFRN – ETEC – Brasil, 2009.</p> <p>VELLOSO, Fernando de Castro. <b>Informática</b>: conceitos básicos. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004.</p>			
<div>Bibliografia Complementar</div> <p>ERCILIA, Maria. <b>A internet</b>. São Paulo: PubliFolha, 2007. (Série Folha Explica – Informática).</p> <p>MILNER, Annalisa. <b>Como usar o e-mail</b>: seu guia para dominar o computador. São Paulo: Publifolha, 2004.</p> <p>MONTEIRO, Mario. <b>Introdução à organização de computadores</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2007.</p> <p>SILVA, C. R. de O. <b>Educação a Distância</b>. 3. ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2009.</p> <p>WILLIAM BRAGA. <b>Open Office</b>: Calc &amp; Writer. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.</p>			
<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente EaD
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo I
<b>Componente Curricular:</b>	Português Instrumental	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
<div>Ementa</div> <p>Técnicas de Redação. Redação oficial. Gêneros textuais empresariais.</p>			
<div>Competências</div>			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecer a norma culta da língua portuguesa como a mais adequada para a produção de documentos;</li><li>• Reconhecer e usar a norma culta especializada (linguagem técnica e oficial) na leitura e na produção de textos específicos de sua área de atuação, obedecendo às normas gramaticais vigentes;</li><li>• Compreender os gêneros e tipos textuais, bem como os níveis de discurso e especificidades de correspondência oficial e/ou comercial;</li><li>• Mobilizar os mecanismos de coerência e coesão textuais a serviço da produção discursiva;</li><li>• Refletir sobre o uso da língua portuguesa para seu aperfeiçoamento cultural e profissional.</li></ul>			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<b>UNIDADE I: TÉCNICAS DE REDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Linguagem Empresarial;</li><li>• Estética dos documentos;</li><li>• Mecanismos de coesão e coerência (revisão);</li><li>• Pronome de tratamento;</li><li>• Colocação pronominal.</li></ul> <b>UNIDADE II - REDAÇÃO OFICIAL:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimento;</li><li>• Memorando;</li><li>• Ofício.</li><li>• Ata;</li><li>• Convocação; Pauta;</li><li>• Circular;</li><li>• Relatório.</li></ul>		<b>UNIDADE III: GÊNEROS TEXTUAIS EMPRESARIAIS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Seminários de apresentação de produtos para venda;</li><li>• Lançamento de produto no mercado consumidor;</li><li>• Panfleto;</li><li>• Cartão de visita;</li><li>• Convite. Divulgação de eventos e produtos nas redes sociais.</li></ul>	
Bibliografia Básica			
BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. <b>Manual de redação da Presidência da República</b> , 2. ed. rev. e atual., Brasília: 2002. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm</a> . BOWDEN, John. <b>Escrevendo excelentes relatórios</b> . Trad.: Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Markt Books, 2001. CUNHA, Celso Ferreira da CINTRA, Luís F. Lindley. <b>Nova gramática do português contemporâneo</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.			
Bibliografia Complementar			
BAZERMAN, Charles. <b>Gêneros, tipificação e interação</b> . 4º ed. São Paulo: Cortez, 2011. CHARAUDEAU, Patrick. <b>Linguagem e discurso: modo de organização</b> . São Paulo: contexto, 2008. KOCHE, Vanilda Salton. <b>Literatura e produção textual do argumentar e expor</b> . 3ª ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2012. RODRIGUEZ, Manuela M. <b>Manual de modelos de cartas comerciais</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. <b>Português instrumental - De acordo com as atuais normas da ABNT - 29ª Edição</b> . 2010.			
Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente EaD
Eixo Tecnológico:	Ambiente, Saúde e Segurança	Período Letivo:	Módulo I



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<b>Componente Curricular:</b>	Estatística Ambiental	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
<b>Ementa:</b>			
Conceitos fundamentais da Estatística. Apresentação de dados. Medidas estatísticas. Aplicações ao estudo do meio ambiente.			
<b>Competências e habilidades</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Descrever estatisticamente os dados obtidos por meio de pesquisas quantitativas;</li><li>• Conhecer os conceitos iniciais da Estatística;</li><li>• Construir e interpretar tabelas e gráficos com dados estatísticos ambientais;</li><li>• Descrever dados por meio de técnicas de resumo;</li><li>• Calcular medidas estatísticas e interpretá-las.</li></ul>			
<b>Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)</b>			
<b>UNIDADE I - CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ESTATÍSTICA</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estatística (divisão), população, amostra, variáveis, arredondamento de dados.</li></ul> <b>UNIDADE II - APRESENTAÇÃO DE DADOS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Regras para construção de tabelas e gráficos;</li><li>• Construção de tabelas e dos principais gráficos.</li><li>• Distribuição de Frequência (Dados não agrupados e agrupados numa tabela de Frequência).</li></ul>		<b>UNIDADE III - MEDIDAS ESTATÍSTICAS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Medidas de tendência central: Média aritmética, moda e mediana para dados agrupados e não agrupados.</li><li>• Medidas de dispersão: Amplitude Total, desvio médio, desvio padrão e coeficiente de variação.</li></ul>	
<b>Bibliografia Básica</b>			
CRESPO, A. <b>Estatística Fácil</b> . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1989. DORIA, U. <b>Introdução à Estatística</b> . São Paulo: Negócio Ed., 1999. HOEL, P. G. <b>Estatística Elementar</b> . 4.ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1972. 311p.			
<b>Bibliografia Complementar</b>			
POLETO, Cristiano. <b>Estatística ambiental</b> . Porto Alegre: Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 49p.: il CALLEGARI-JACQUES, S. M. <b>Bioestatística</b> : princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2004. 255p. CASTRO, Lauro Sodré Viveiros. <b>Exercícios de Estatística</b> . Rio de Janeiro: Científica, 1994. HEATH, O. V. S. <b>A Estatística na Pesquisa Científica</b> . São Paulo: EDUSP, 1981. 95p. SHIGUT, Wanderley Akira; SHIGUT, Valéria da S.C.. <b>Apostila de Estatística Avançada</b> . Brasília: 2006. Disponível em <Apostila De Estatística> acesso em 30/07/2014.			
<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente EaD
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo I
<b>Componente Curricular:</b>	Gestão e Educação Ambiental	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
<b>Ementa</b>			
Conceitos fundamentais. Estratégias, metodologias e elaboração de projetos ambientais. Práticas de projetos de educação ambiental. Metodologias para avaliar a sustentabilidade.			
<b>Competências</b>			





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver o senso crítico dos alunos quanto às questões ambientais e capacitar os mesmos na prática da Educação Ambiental, focando principalmente as características regionais do tema em questão;</li><li>• Desenvolver práticas e ferramentas para a mudança de paradigmas ambientais;</li><li>• Introduzir uma nova visão ambiental entre os alunos; promover e disseminar a ideia ambiental na comunidade acadêmica.</li></ul>	
<b>Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)</b>	
<b>Unidade I CONCEITOS FUNDAMENTAIS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Gestão e Educação Ambiental do Brasil.</li><li>• Definição, Princípios e Objetivos.</li><li>• Conferências ambientais</li><li>• Noções de Poluição Ambiental</li></ul> <b>Unidade II ESTRATÉGIAS, METODOLOGIAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Atividades e materiais didáticos em Educação Ambiental.</li><li>• Jogos e brincadeiras.</li><li>• Trilhas.</li><li>• Cursos, Oficinas e Palestras.</li><li>• Elementos básicos de PROJETOS de educação ambiental.</li><li>• Comunicação do projeto</li></ul>	<b>Unidade III PRÁTICAS DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Educação Ambiental em áreas urbanas;</li><li>• Educação Ambiental em áreas rurais.</li><li>• Educação Ambiental nas escolas.</li><li>• Educação Ambiental na gestão pública e privada.</li><li>• Educação Ambiental em Unidades de Conservação.</li></ul> <b>Unidade IV</b> <b>METODOLOGIAS PARA AVALIAR A SUSTENTABILIDADE</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Pegada Ecológica, Hídrica e Carbono</li><li>• Painel e Barômetro da Sustentabilidade</li><li>• Índice de Desenvolvimento Humano</li><li>• Índice da Felicidade</li><li>• Índice de Progresso Social da Amazônia Brasileira</li></ul>
<b>Bibliografia Básica</b>	
LOUREIRO, C. F. B.; Azaziel, M; Franca, N. <b>Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação</b> . Rio de Janeiro: Ibase; Brasília: Ibama, 2003. 44p BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <b>Documento-Base da Conferência Nacional do Meio Ambiente</b> . Brasília, , 2005. BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <b>Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias</b> . Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: 2004.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
SACHS, Ignacy. <b>Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado</b> . Rio de Janeiro: Garamond, 2004. MOTA. Suetônio. <b>Introdução à Engenharia Ambiental</b> . Rio de Janeiro: ABES. 2003. VEIGA, José Eli da. <b>Meio Ambiente e Desenvolvimento</b> . 3. Ed. São Paulo: SENAC, 2009. MAY, P.H., LUSTOSA, M.C., VINHA, V. <b>Economia do Meio Ambiente: Teoria e prática</b> . São Paulo: ELSEVIER, 2003 CATALISA. <b>Rede de Cooperação para a Sustentabilidade. Indicadores de sustentabilidade</b> . 2003. Disponível em: < <a href="https://catalisa.org.br/categoria/textoteca/">https://catalisa.org.br/categoria/textoteca/</a> >. Acesso em: 10 abril. 2023.	





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

LIMA, F. G. C. <b>Educação ambiental crítica:</b> do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.			
<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo I
<b>Componente Curricular:</b>	Metodologia do Trabalho Científico	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
<b>Ementa</b>			
Importância da Ciência, Pesquisa e Conhecimento no Cotidiano. Métodos e Textos Científicos. Projeto de Pesquisa			
<b>Competências</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Articular comunicação técnica com expressão escrita em língua portuguesa;</li><li>• Adquirir perfil de pesquisador;</li><li>• Conhecer as responsabilidades éticas e sociais na pesquisa;</li><li>• Desenvolver pensamento crítico técnico científico;</li><li>• Interpretar o conhecimento, a ciência e a pesquisa;</li><li>• Desenvolver trabalhos científicos de acordo com o rigor exigido;</li><li>• Preparar, aplicar e avaliar técnicas de apresentação;</li><li>• Cadastrar, buscar e atualizar o currículo na plataforma lattes;</li><li>• Elaborar um projeto de pesquisa.</li></ul>			
<b>Base Científica e Tecnológica</b>			
<b>Unidade I</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecimento técnico. Conhecimento científico</li><li>• Ciência: Aspectos gerais. Serendipidade. Principais casos. Classificação das ciências</li></ul> <b>Unidade II: Métodos e Textos Científicos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Método de observação</li><li>• Método indutivo</li><li>• Método dedutivo. Método experimental. Método da diferença.</li><li>• Pesquisa: Modalidades de Pesquisa. Pesquisa exploratória. Pesquisa teórica. Pesquisa aplicada. Tipos de pesquisa. Pesquisa bibliográfica.</li><li>• Pesquisa decritiva</li><li>• Pesquisa experimental</li><li>• Plataforma Lattes</li><li>• Textos científicos: Projeto de pesquisa: relatório de pesquisa, ou técnico científico. Monografia. Dissertações. Tese.</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>• Artigo científico. Comunicação científica.</li><li>• Redação técnica. Características Tautologia</li></ul> <b>Unidade III: Projeto de Pesquisa</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Conceito</li><li>• Dados de identificação, título, tema, problema.</li><li>• Hipótese.</li><li>• Objetivos. Geral. Específicos.</li><li>• Justificativa.</li><li>• Leitura Prévia.</li><li>• Metofologia.</li><li>• Técnica de coleta de dados. Cronograma. Orçamento.</li><li>• Leitura citada.</li><li>• Execução do projeto de pesquisa.</li><li>• Reaplicação do teste de sondagem</li></ul>	
<b>Bibliografia Básica</b>			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.  
LAKATOS E. M. e MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.  
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

**Bibliografia Complementar**

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as idéias**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.  
BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2021.  
KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.  
LAKATOS, E. M. e MARCONI, M.A. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.  
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: práticas de fichamento, resumo e resenhas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo II
<b>Componente Curricular:</b>	Ecologia dos Ecossistemas	<b>Carga Horária:</b>	80 horas

**Ementa**

Conceitos e princípios da Ecologia. Ecologia Trófica. Ciclos biogeoquímicos. Biomas

**Competências**

- Conhecer os fundamentos da ciência Ecologia;
- Conhecer os fundamentos da ciência Ecologia;
- Identificar os principais conceitos utilizados na ecologia;
- Caracterizar os ecossistemas e seus serviços ambientais;
- Compreender as interações entre os fatores bióticos e abióticos nos ecossistemas
- Analisar os ciclos ecológicos e os impactos oriundos das atividades antrópicas;
- Conhecer os biomas aquáticos e terrestres;

**Base Científica e Tecnológica  
(Conteúdo)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<div><b>UNIDADE I: CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA ECOLOGIA</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Conceito de Ecologia</li><li>• Importância da Ecologia no cotidiano</li><li>• Conceitos básicos em ecologia (População, Comunidade, Ecossistema, Biosfera, Hábitat, Nicho ecológico)</li><li>• Princípios da Ecologia (Interdependência, Sustentabilidade, Fluxo de energia, Cadeias e teias alimentares, Ciclos ecológicos, Coevolução, Diversidade)</li></ul><b>UNIDADE II: ECOLOGIA TRÓFICA</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Conceito de ecossistema</li><li>• Estrutura de funcionamento dos ecossistemas</li><li>• Níveis tróficos e relações alimentares.</li></ul></div>	<div><b>UNIDADE III: CICLOS BIOGEOQUÍMICOS E BIOMAS</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Definição e características dos ciclos ecológicos</li><li>• Ciclo hidrológico , carbono, nitrogênio, oxigênio, enxofre e fósforo</li><li>• Definição de biomas</li><li>• Principais biomas brasileiros e ameaças à biodiversidade</li></ul></div>		
<b>Bibliografia Básica</b>			
BEGON, M.; TOWNSEND, C.R. e HARPER, J.L. <b>Ecologia: de indivíduos a ecossistemas</b> : 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.			
BRAGA B. et al. <b>Introdução à engenharia ambiental</b> . 2º edição. São Paulo: Pearson Hall, 2005.			
ODUM, E. P; BARRET, G. W. <b>Fundamentos em Ecologia</b> : 5ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017.			
<b>Bibliografia Complementar</b>			
MOTA, J.A. <b>O valor da natureza</b> . Rio de Janeiro: Garamond, 2009.			
PEIXOTO, A. L.; LUZ, R. J. P. e BRITO, M. A. <b>Conhecendo a biodiversidade</b> . Brasília: MCTIC, CNPq, PPBio, 2016.			
RICKLEFS, R. E. <b>A economia da natureza</b> . Tradução de Pedro P. de Lima e Silva, Patrícia Mousino. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2009			
RODRIGUES, E. <b>Ecologia da Restauração</b> . Londrina: Ed. Planta, 2013.			
ROSS, J. <b>Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental</b> . São Paulo: Oficinas de textos, 2009.			
<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo II
<b>Componente Curricular:</b>	Política e Legislação Ambiental	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
<b>Ementa</b>			
Fundamentos constitucionais do Direito Ambiental brasileiro. Sistema constitucional de repartição de competências ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente			
<b>Competências</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecer a teoria geral do Direito Ambiental e o bem jurídico ambiental; Dominar o direito subjetivo ao meio ambiente como direito fundamental, dano ambiental e as responsabilidades administrativa, civil e penal;</li><li>• Compreender o Direito Ambiental Positivo;</li><li>• Conhecer noções de Direito Constitucional Ambiental, Direito Administrativo Ambiental, Direito Penal Ambiental e o Direito Ambiente Internacional Ambiental;</li><li>• Conhecer os instrumentos jurídicos de proteção do Ambiente.</li></ul>			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<b>UNIDADE I : FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Noções preliminares de Direito</li><li>Aspectos Gerais</li><li>História da legislação brasileira</li><li>Conceitos e definições</li><li>Natureza Jurídica</li><li>Fontes do Direito Ambiental</li><li>Relações com as demais ciências e características</li><li>A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Meio Ambiente</li><li>Princípios ambientais.</li><li>Conferências ambientais e o Brasil.</li><li>A tríplice responsabilidade em matéria ambiental</li></ul> <b>UNIDADE II : SISTEMA CONSTITUCIONAL DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>A Competência em matéria ambiental na Constituição da República Federativa de 1988.</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>Competência, forma de Estado e o princípio da preponderância dos interesses</li><li>Da repartição de competências ambientais material: União, Estados e Municípios (regras gerais). Da discussão acerca do poder de licenciar.</li><li>Da repartição de competências ambientais legislativas</li><li>Distinção entre sistemas de repartição de competências ambientais: legislativa e material</li><li>Competência comum e competência concorrente</li></ul> <b>UNIDADE III : LEGISLAÇÃO AMBIENTAL</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Política Nacional do meio Ambiente</li><li>Política Nacional de Recursos Hídricos</li><li>Política Nacional de Saneamento Básico</li><li>Política Nacional de Recursos Hídricos.</li></ul>	
Bibliografia Básica			
SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. <b>Curso de Direito Ambiental</b> . 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. ANTUNES, Paulo de Bessa. <b>Direito Ambiental</b> . 23. ed. São Paulo:Atlas, 2023. FIORILLO, Celso Antonio P. <b>Curso de Direito Ambiental Brasileiro</b> . 23. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.			
Bibliografia Complementar			
ANTUNES, Paulo de Bessa. <b>Federalismo e competências ambientais no Brasil</b> . 2. ed. São Paulo:Atlas, 2015. LYRA FILHO, Roberto. <b>O que é Direito</b> . v. 62. Brasília: Editora Brasiliense, 2000. FARIAS, Talde. <b>Licenciamento Ambiental</b> : aspectos teóricos e práticos. 8 ed. Belo Horizonte: Forum, 2022. MACHADO, Paulo Afonso Leme. <b>Direito Ambiental Brasileiro</b> . 28 ed. São Paulo: JusPodvm, 2022. MACHADO, Paulo Afonso Leme. <b>Princípios do Direito Ambiental</b> . São Paulo: JusPodvm, 2022.			
<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo II



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<b>Componente Curricular:</b>	Ecoturismo	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
<b>Ementa</b>			
Conceitos, panorama e Tendências do Ecoturismo. Impactos do Ecoturismo. Potencialidades turísticas no Amapá			
<b>Competências</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Compreender os conceitos básicos de Geologia e Geografia Ambiental;</li><li>• Promover os conhecimentos sobre os potenciais e vocações turísticas em nível municipal, estadual, regional tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e impactos ambientais;</li><li>• Conhecer e explorar as atividades ecoturísticas do Estado do Amapá, em especial município de Laranjal do Jari.</li><li>• Capacitar os discentes para o Planejamento Estratégico de empreendimentos turísticos, roteiros de viagem e eventos.</li></ul>			
<b>Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)</b>			
<b>UNIDADE I: CONCEITOS, PANORAMA E TENDÊNCIAS DO ECOTURISMO NO BRASIL</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Definição e Origem do Ecoturismo</li><li>• Perfil do ecoturista</li><li>• Mercado ecoturístico</li><li>• Modalidades de ecoturismo</li><li>• A expansão do ecoturismo no Brasil e no mundo Principais destinos e pólos de desenvolvimento de ecoturismo no Brasil</li><li>• Infra-estrutura, Equipamentos e Serviços; Meios de Hospedagem; Alimentação; Energia Alternativa;</li></ul> <b>UNIDADE II: IMPACTOS DO ECOTURISMO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ecoturismo, Impactos, Potencialidades e Possibilidades</li><li>• A atividade ecoturística e seus impactos</li><li>• Efeitos econômicos positivos e negativos Efeitos socioculturais positivos e negativos Efeitos ambientais positivos e negativos</li><li>• Minimização de impactos</li></ul>		<b>UNIDADE III: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO AMAPÁ</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Região turística cabo Orange - Oiapoque e Calçoene;</li><li>• Região turística cabo Orange - Oiapoque e Calçoene;</li><li>• Região turística dos lagos e pororoca - Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias do Araguari e Itaubal do Pírim;</li><li>• Região turística Meio do mundo - Macapá, Santana e Mazagão;</li><li>• Região turística tumucumaque e cachoeiras - Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes e Serra do Navio;</li><li>• Região turística vale do jari -Laranjal do Jari e Vitória do Jari.</li></ul>	
<b>Bibliografia Básica</b>			
BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. <b>Ecoturismo:</b> orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.			
AMAPÁ. <b>PLANO ESTADUAL DE TURISMO DO AMAPÁ.</b> 2016			
SEBRAE. Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Amapá. <b>Banco de Dados.</b> Disponível em: <a href="https://datasebrae.com.br/biblioteca-conteudo-sobre-o-ambiente-de-negocios-do-amapa/">https://datasebrae.com.br/biblioteca-conteudo-sobre-o-ambiente-de-negocios-do-amapa/</a> . Acesso em: Outubro de 2023.			
<b>Bibliografia Complementar</b>			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. DADOS ABERTOS. **Índice de Competitividade**. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5302-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: Outubro de 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

PHILIPPI, Arlindo Jr (Coord.). **Curso de Gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2015.

REGIÃO TURÍSTICA TUMUCUMAQUE E CACHOEIRAS - Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes e Serra do Navio. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/07/REGI%C3%83O-TUR%C3%8DSTICA-Tumucumaque-a-Cachoeiras\\_compressed.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/07/REGI%C3%83O-TUR%C3%8DSTICA-Tumucumaque-a-Cachoeiras_compressed.pdf)

MACAPATur. Prefeitura do Macapá. Censo do Turismo de Macapá, 2018.

<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo II
<b>Componente Curricular:</b>	Ética, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável	<b>Carga Horária:</b>	80 horas

**Ementa**

Introdução e Fundamentação ao estudo da Ética. Tópicos contemporâneos de Ética. Ética e Meio Ambiente. Ética, Globalização, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

**Competências**

- Compreender os fundamentos teóricos sobre a ética.
- Problematicar os dilemas éticos
- Reflexões crítica dos paradigmas éticos da contemporaneidade
- Discutir os desafios do desenvolvimento sustentável
- Construir soluções em meio aos desafios de uma sociedade tecnológica

**Base Científica e Tecnológica  
(Conteúdo)**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<p><b>UNIDADE I: INTRODUÇÃO À ÉTICA FILOSÓFICA;</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Relação entre Ética e Moral</li><li>• Problemas e Dilemas da Ética: contextualização da constituição moral da sociedade</li><li>• Fundamentos da Ética: uma perspectiva filosófica</li></ul> <p><b>UNIDADE II: TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS DA ÉTICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ética e Trabalho</li><li>• Ética e Dignidade Humana</li><li>• Ética, Política e Justiça</li><li>• Subjetividade e dilemas éticos</li></ul> <p><b>UNIDADE III: ÉTICA E MEIO AMBIENTE</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A relação humano, Natureza e Sociedade</li><li>• A Cultura como paradigma ético</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Responsabilidade Ambiental</li><li>• Questões étnica-raciais</li><li>• A ecologia humana</li><li>• Educação Ambiental como formação ética</li></ul> <p><b>UNIDADE III: GLOBALIZAÇÃO, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O local e o global como paradigma ético</li><li>• Ética, Ciência e Tecnologia</li><li>• Desenvolvimento Sustentável</li><li>• Movimentos sociais e políticas públicas</li><li>• Sustentabilidade e Política Internacional</li></ul>		
<b>Bibliografia Básica</b>			
<p>BOFF, L. <b>Saber cuidar: ética do humano</b> – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>VILAÇA, W. P. T; MENEZES, E. <b>Ética e Responsabilidade Socioambiental</b>. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2015.</p> <p>RABELO, N. S; SILVA, C. E. <b>Modelos de indicadores de Responsabilidade Corporativa</b>. Revista Brasileira de Administração Científica, Aquidabã, v.2, n.1, junho, 2011.</p>			
<b>Bibliografia Complementar</b>			
<p>ARENT, H. <b>A condição humana</b>. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.</p> <p>CARVALHO, I. C. M. <b>Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico</b>. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012</p> <p>GONÇALVES, Carlos Walter Porto. <b>A globalização da natureza e a natureza da globalização</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.</p> <p>ANTUNES, R. L. C. <b>Os Sentidos do Trabalho</b>: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.</p> <p>NEVES, L. F; BITTENCOURT, J. J; PACOBELLO, D. R; Sustentabilidade, ética e responsabilidade social nas organizações: uma reflexão teórica. <b>Brazilian Journal of Development</b>, Curitiba, v.7, n.7, p.72666-72690 jul. 2021.</p>			
<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo II
<b>Componente Curricular:</b>	Saneamento Ambiental	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
<b>Ementa</b>			
Introdução ao Saneamento Básico. Abastecimento de Água. Esgotamento Sanitário. Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos. Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.			
<b>Competências</b>			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<ul style="list-style-type: none"><li>Compreender os princípios básicos do saneamento básico.</li><li>Conhecer a legislação ao saneamento básico.</li><li>Entender as etapas para elaboração de um plano municipal de saneamento básico.</li></ul>			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
UNIDADE I: ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL <ul style="list-style-type: none"><li>Distribuição da água no mundo</li><li>Noções de qualidade de água e saúde pública</li><li>Noções de Tecnologias de tratamento de água</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>Sistemas de coleta, acondicionamento, transporte, tratamento, aproveitamento e destinação final de resíduos sólidos</li><li>Aterros Sanitários</li></ul>	
UNIDADE II: ESGOTAMENTO SANITÁRIO <ul style="list-style-type: none"><li>Caracterização das águas residuárias urbanas e industriais</li><li>Noções de tecnologias tratamento de esgoto sanitário</li><li>Esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais</li></ul>		UNIDADE IV: DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS <ul style="list-style-type: none"><li>Planejamento de sistemas de drenagem urbana</li><li>Partes componentes da microdrenagem</li><li>Partes componentes da macrodrenagem</li><li>Drenagem sustentável</li></ul>	
UNIDADE III: LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS <ul style="list-style-type: none"><li>Geração, classificação e caracterização dos resíduos sólidos urbanos</li></ul>			
Bibliografia Básica			
BRAGA et al. <b>Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável</b> . 2ª Edição. São Paulo: Prentice hall, 2005. BARROS, R. T. V. <b>Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos</b> . Belo Horizonte: Tessitura, 2012. FUNASA, FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. <b>Manual de Saneamento</b> . 3 ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.			
Bibliografia Complementar			
BARBOSA, R. Pa. <b>Resíduos sólidos, impactos, manejo e gestão ambiental</b> . São Paulo: Erica, 2014 CASTILHOS JR. A. B. <b>Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos</b> . ABES. 2006. LEITE, P. R. <b>Logística reversa sustentabilidade e competitividade: teoria, prática, estratégias</b> . São Paulo Saraiva 2017. PHILIPPI Jr., A. (editor). <b>Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável</b> . Barueri, SP: Manole, 2005. REZENDE, S. C., HELLER, L. <b>O saneamento no Brasil: políticas e interfaces</b> . 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.			
Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Áreas Protegidas	Carga Horária:	80 horas
Ementa			
Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Terras Indígenas e Quilombolas. Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Outras Áreas protegidas na legislação brasileira.			





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Competências			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Preparar o futuro profissional para desenvolver atividades relacionadas à Unidade de conservação;</li><li>• Habilitar o aluno ao entendimento das amplas possibilidades de conservação da biodiversidade e uso sustentável de recursos;</li><li>• Promover os conhecimentos sobre os potenciais e vocações das Unidades de Conservação Amapaenses;</li><li>• Compreender a importância e etapas da construção do Plano de manejo de uma Unidade de Conservação;</li></ul>			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<b>UNIDADE I: NOÇÕES GERAIS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Definições</li><li>• Histórico</li><li>• Legislação</li></ul> <b>UNIDADE II: Áreas Protegidas no Brasil</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• SNUC</li><li>• Terras Indígenas</li><li>• Áreas de Povos Quilombolas</li><li>• APP e Reserva Legal</li></ul>		<b>UNIDADE III: ÁREAS PROTEGIDAS NO PARÁ E AMAPÁ</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Unidades de Conservação Federais</li><li>• Unidades de Conservação Estaduais</li><li>• Unidades de Conservação Municipais</li><li>• Corredor da Biodiversidade</li><li>• Conflitos nas unidades de conservação</li></ul>	
Bibliografia Básica			
ABIRACHED, F.C.M.; LUZ, L.; TALBOT, V.; LASMAR, V. Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. <b>Um guia para Conselheiros e Gestores</b> . Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2014. ANDRADE, R. A. Gestão Participativa de Unidades de Conservação Federais no Sul do Amazonas. In: Bensusan, N.; Prates, A.P. <b>A Diversidade cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil</b> . IEB Mil Folhas. p. 683-692. 2015. DRUMMOND, J. A; DIAS, T. C. A. C; BRITO, D. M. C. <b>Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá</b> . Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA,2008.			
Bibliografia Complementar			
CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar et al. Hidrelétricas e unidade de conservação na Amazônia. <b>Mercator (Fortaleza)</b> , v. 20, 2021. MEDEIROS, R. <b>Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil</b> . Ambiente & Sociedade, vol. 9 n. 1. 2006. BRASIL, MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. <b>Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais</b> . Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Brasília: ICMBio, 2018. SANTANA, C. S. C. DE M.; NASCIMENTO, M. A. L. DO.; MARQUES JUNIOR, S.. Fatores que afetam o apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas. <b>Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo</b> , v. 14, n. 2, p. 156–172, maio 2020. PRADO, D. S. et al.. Social Participation in Management Councils of Protected Areas: Normative advances and the perspective of ICMBio Environmental officers. <b>Ambiente &amp; Sociedade</b> , v. 23, p. e00362, 2020.			
<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo III
<b>Componente Curricular:</b>	Gestão de Resíduos Sólidos	<b>Carga Horária:</b>	80 horas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Ementa			
Origem e classificação. Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. Métodos de Tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Compreender os princípios básicos de gestão integrada de resíduos;</li><li>• Conhecer a legislação a respeito da gestão de resíduos;</li><li>• Entender as etapas para elaboração do Plano de Gestão de Resíduos.</li></ul>			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<b>UNIDADE I: ORIGEM E CLASSIFICAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Panorama do Resíduos Sólidos</li><li>• Definição</li><li>• Classificação de Resíduos Sólidos de acordo com a ABNT (NBR-10.004)</li><li>• Características dos resíduos urbanos: Composição, umidade, densidade, PCS e PCI, relação C/N.</li><li>• Amostragem</li></ul> <b>UNIDADE II: GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Política e Plano Nacional dos Resíduos Sólidos</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>• Elementos do Sistema de Limpeza pública</li><li>• Plano de Gestão Integrado e suas etapas</li></ul> <b>UNIDADE III: MÉTODOS DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Compostagem</li><li>• Reciclagem</li><li>• Incineração</li><li>• Aterramento</li></ul>	
Bibliografia Básica			
BRAGA et al. <b>Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável.</b> 2ª Edição. São Paulo: Prentice hall, 2005. BARROS, R. T. V. <b>Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos.</b> Belo Horizonte: Tessitura, 2012. CASSINI, S. T. <b>Gestão dos resíduos sólidos orgânicos e aproveitamento do biogás.</b> ABES. 2003.			
Bibliografia Complementar			
BARBOSA, R. Pa. <b>Resíduos sólidos, impactos, manejo e gestão ambiental.</b> São Paulo: Erica, 2014. CASTILHOS JR. A. B. <b>Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.</b> ABES. 2006. LEITE, P. R. <b>Logística reversa sustentabilidade e competitividade: teoria, prática, estratégias.</b> São Paulo Saraiva 2017. BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. <b>Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.</b> Disponível em: <a href="https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis">https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis</a> : Acesso em Outubro de 2023. Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - <b>NBR 10.007:2004:</b> Amostragem de 92 resíduos sólidos.			
<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo III
<b>Componente Curricular:</b>	Recuperação de áreas degradadas	<b>Carga Horária:</b>	80 horas
Ementa:			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Áreas Degradadas: Conceitos e Caracterização do Problema. Degradação do solo e da água: Impactos da erosão e estratégias de controle. Estratégias de Recuperação de áreas degradadas	
<b>Competências</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Compreender o conceito de área degradada;</li><li>• Identificar ações de recuperação de áreas degradadas.</li><li>• Identificar e indicar técnicas de recuperação dos Ecossistemas;</li><li>• Identificar questões ambientais, analisar suas consequências e sugerir ações para prevenção;</li><li>• Identificar as diferentes tecnologias apropriadas às ações de preservação do Meio Ambiente.</li></ul>	
<b>Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)</b>	
<b>Unidade I: Degradação do solo e da água: Impactos da erosão e estratégias de controle</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Degradação dos solos e fatores causadores;</li><li>• Erosão geológica;</li><li>• Erosão antrópica</li><li>• Causas da Erosão</li><li>• Tipos De Erosão;</li><li>• Consequências da Erosão;</li><li>• Degradação dos Recursos Hídricos;</li><li>• Processo de Eutrofização ;</li><li>• Interferência do Uso e Cobertura da Terra na Qualidade da Água;</li><li>• Levantamento de Fontes Pontuais e Difusas de Poluição;</li></ul>	<b>Unidade II: Estratégias de Recuperação de áreas degradadas.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sucessão primária e secundária das florestas;</li><li>• Sistemas Agroflorestais (SAF's) ; como alternativa a RAD.</li><li>• Classificação dos sistemas agroflorestais;</li><li>• Sistemas Silvagrícolas;</li><li>• Sistemas Silvopastoris;</li><li>• Sistemas Agrosilvipastoris;</li><li>• Recuperação de Mata Ciliar;</li><li>• Compostagem;</li><li>• Bioengenharia;</li><li>• Biorremediação e fitorremediação;</li><li>• Recuperação de áreas degradadas pela mineração;</li></ul>
<b>Bibliografia Básica</b>	
DIAS, L.E.; GRIFFITH, J.J. <b>Conceituação e caracterização de áreas degradadas.</b> In: DIAS, L. E.; MELLO, J.W.V. (Eds.) Recuperação de Áreas Degradadas. Viçosa: UFV/DPS/ Sociedade Brasileira de Recuperação de Áreas Degradadas, 1998. ARAÚJO, G. H. DE S.; ALMEIDA, J. R. DE; GUERRA, A. J. T. <b>Gestão Ambiental de Áreas Degradadas.</b> Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. RODRIGUES, D; MOERI, E. <b>Áreas contaminadas, remediação e revitalização.</b> 3 ed. São Paulo: 2007	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BRASIL. <b>Lei nº12651, de 25 maio 2012.</b> Disponível em: <a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12651-25-maio-2012-613076-publicacaooriginal-136199-pl.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12651-25-maio-2012-613076-publicacaooriginal-136199-pl.html</a> . Acesso em Outubro de 2023. WADT, Paulo Guilherme Salvador et al. Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas. 2003. – EMPRAPA. IBAMA. <b>Manual de Recuperação de áreas degradadas pela mineração.</b> Brasília, 1990. KAGEYAMA, Paulo Yoshio e GANDARA, F B. Recuperação de áreas ciliares. <b>Matas ciliares: conservação e recuperação.</b> Tradução . São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000. MARTINS, S.V. <b>Restauração ecológica de ecossistemas degradados.</b> Viçosa: Editora UFV,	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

2012.

<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo III
<b>Componente Curricular:</b>	Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental	<b>Carga Horária:</b>	80 horas

**Ementa:**

Breve histórico sobre o processo de Avaliação de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Introdução à Avaliação de Impacto Ambiental – AIA.

**Competências**

- Conhecer a Política Nacional de Meio Ambiente;
- Compreender a Avaliação de Impacto Ambiental
- Entender o processo de Licenciamento Ambiental;
- Compreender a importância do EIA e RIMA;

**Base Científica e Tecnológica  
(Conteúdo)**

**UNIDADE I: BREVE HISTÓRICO SOBRE O  
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO  
AMBIENTAL**

- Introdução
- Política Nacional do Meio Ambiente
- A criação do processo de Avaliação de Impacto Ambiental;
- Impacto Ambiental
- Conceito de Impacto Ambiental
- Tipos de impacto

**UNIDADE II: LICENCIAMENTO  
AMBIENTAL**

- Caracterização do Licenciamento Ambiental;
- Tipos de licença
- Atividades que exigem apresentação de EIA/RIMA
- O Plano de Controle Ambiental (PCA)
- Outros estudos ambientais que podem ser solicitados

**UNIDADE III: INTRODUÇÃO À  
AVALIAÇÃO DE IMPACTO  
AMBIENTAL – AIA**

- Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)
- Objetivos da AIA
- Principais etapas do processo de AIA
- Principais atividades do processo de AIA
- O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)
- Análise do EIA/RIMA
- Realização de Audiências Públicas
- Realização de Auditorias Ambientais

**Bibliografia Básica**

ABSY, M. L.; ASSUNÇÃO, F. N. A.; FARIA, S. C. **Avaliação de impacto ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas**. Brasília : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995. Disponível em

<<http://www.ibama.gov.br/ambtec/documentos/AIA.pdf>>. Acesso em: 25 Out. 2023.

BASTOS, A.C.S.; ALMEIDA, J.R. Licenciamento ambiental brasileiro no contexto da avaliação de impactos ambientais. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Avaliação e perícia ambiental**. 8.ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2007.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.  
GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B.. **Avaliação e perícia Ambiental**. 8. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

**Bibliografia Complementar**

**AMBIENTE BRASIL**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./glossario/siglas.html>>. Acesso em: 8 jul. 2023.  
BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 001/1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Data da legislação: 23/01/1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 1986, p. 2548-2549.  
BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 011/1986**. Dispõe sobre alterações na Resolução nº 1/86. Data da legislação: 18/03/1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 maio 1986, p. 6346.  
BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 237/1997**. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Data da legislação: 22/12/1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.247, 22 dez. 1997, p.30.841-30.843.

<b>Curso:</b>	Técnico em Meio Ambiente	<b>Forma:</b>	Subsequente
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Ambiente e Saúde	<b>Período Letivo:</b>	Módulo III
<b>Componente Curricular:</b>	Sistema de Gestão, Certificação e Auditoria Ambiental	<b>Carga Horária:</b>	80 horas

**Ementa:**

Sistemas de gestão ambiental. Política ambiental. Planejamento do SGA. Certificação Ambiental. Auditoria Ambiental.

**Competências**

- Compreender o conceito de Gestão Ambiental e seus objetivos
- Conhecer as ferramentas de Gestão Ambiental
- Conhecer, interpretar e aplicar a norma ISO 14.001:2004
- Descrever as técnicas para implantação de SGA
- Compreender as etapas do planejamento do SGA

**Base Científica e Tecnológica  
(Conteúdo)**

**UNIDADE I: SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL**

- Como surgiu a ISO 14001:2004
- Objetivos das normas da série ISO 14000
- Características das normas da série ISO 14000
- Benefícios das normas da série ISO 14000
- Família ISO 14000

- Política ambiental - atendimento à ISO 14001
- Aspectos ambientais

**UNIDADE III: PLANEJAMENTO DO SGA, CERTIFICAÇÃO E AUDITORIA AMBIENTAL**

- Política ambiental
- Aspectos e impactos ambientais
- Requisitos legais
- Objetivos e metas ambientais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

<b>UNIDADE II: POLÍTICA AMBIENTAL</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ciclo Plan do check act ( PDCA)</li><li>• Política ambiental</li></ul>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
MOREIRA, M. S. <b>Pequeno Manual de Treinamento em Sistema de Gestão Ambiental</b> . Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2005. DONARE, Denis. <b>Gestão Ambiental na Empresa</b> . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004. TACHIZAWA, Takeshi. <b>Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa</b> . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
ABNT - ISO 14.001 – <b>Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes para Uso</b> . Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT 1. Associação Brasileira de Normas Técnicas. <b>Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso</b> . NBR ISO 14001:2004. 2004. ABNT 2. <b>Histórico ABNT – 65 anos</b> . Disponível em: <a href="http://www.abnt.org.br/imagens/HISTORICO%20ABNT%20-%2065ANOS.pdf">http://www.abnt.org.br/imagens/HISTORICO ABNT - 65ANOS.pdf</a> . Acessado em 19/04/2012. ABNT. NBR ISO 14.001:2004 – <b>Sistemas da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso</b> . Rio de Janeiro, 2004. INMETRO 2. <b>Glossário</b> . Disponível em: <a href="http://glossarioinmetro.wordpress.com/category/iso-14001/">http://glossarioinmetro.wordpress.com/ category/iso-14001/</a> . Acessado em 19/04/2012.	

## 6.4 Prática profissional

A prática profissional proposta é regida pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), flexibilidade (mais de uma modalidade de prática profissional), aprendizado continuado (conciliar a teoria com a prática profissional) e acompanhamento total ao estudante (orientador em todo o período de sua realização).

A prática profissional configurar-se-á como um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, a partir da atitude de desconstrução e (re) construção do conhecimento.

A prática profissional será desenvolvida no decorrer do curso por meio de estágio e/ou projeto, com carga horária mínima de 200 horas, e atividades complementares, com carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas, totalizando 250 horas, no mínimo, de prática profissional.

### 6.4.1 Estágio e/ou Projeto

A modalidade de estágio definida neste Plano para do curso supracitado, será baseado





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

na Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, que regulamenta a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente do IFAP, na lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio dos estudantes, na Resolução nº 58/2014/CONSUP/IFAP, de 04 de dezembro de 2014, retificada em 28 de abril de 2015, que aprova a realização de estágio através de projetos de pesquisa e/ ou extensão dos cursos técnicos – integrados e subsequentes das turmas a partir de 2011/IFAP e a Resolução nº 20/2015/CONSUP/IFAP de 20 de abril de 2015, que aprova a regulamentação de estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

Segundo a Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, em seu art. 65, onde afirma que: “A prática profissional poderá ser desenvolvida no decorrer do curso por meio de estágio curricular supervisionado ou outras atividades complementares tais como: projetos, estudos de caso, pesquisas individuais e/ou em grupo, prestação de serviços, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, exercícios profissionais efetivos, em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re)construídos no respectivo curso”.

O Estágio Curricular compreende o desempenho teórico-prático do (a) aluno (a) em empresas, organizações públicas e privadas e/ou instituições de ensino, desenvolvendo atividades, nos diversos setores da economia, relacionadas à área profissional do curso realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, com vistas à integração no mundo do trabalho”. Nota-se que as atividades relacionadas ao estágio curricular podem ser desenvolvidas nos mais diversos ambientes e não somente em empresas do mercado de trabalho vinculadas ao curso.

Sendo assim, estas atividades também podem ser desenvolvidas tanto em instituições públicas ou privadas, quanto em instituições de ensino, desde que estejam relacionadas com a área profissional do curso realizado pelo discente no IFAP – LARANJAL DO JARI.

Neste sentido, os discentes do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma subsequente, na modalidade a distância, podem integralizar suas cargas horárias de prática profissional através do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de intervenção na sua área de atuação. Segue abaixo a metodologia de desenvolvimento do Projeto.

#### **6.4.1.1 Metodologia de desenvolvimento da prática profissional através de projeto**

A atividade equivalente desenvolvida, seja ela de pesquisa, extensão ou monitoria,





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

deverá necessariamente ter horas de desenvolvimento de projeto iguais às horas de prática profissional que devem ser executadas, seguindo o Plano do Curso .

O projeto deverá ter um professor Orientador e no máximo cinco grupos de alunos sendo um projeto proposto, ou deverá ter um professor Orientador e quantos alunos existirem no projeto se for um projeto aprovado via editais internos de seleções de bolsas ou editais de entidades de incentivo como CAPES, CNPQ, SETEC, FAPEAP, dentre outras. Se o projeto estiver aprovado via casos citados anteriormente, o mesmo deverá necessariamente seguir o Plano de Trabalho do projeto. Caso o projeto seja um projeto proposto, deverá conter os seguintes itens:

1. Título do projeto
2. Resumo
3. Justificativa
4. Fundamentação Teórica
5. Objetivo Geral
6. Metodologia da execução do projeto
7. Acompanhamento e avaliação
8. Resultados esperados e disseminação dos resultados
9. Referências Bibliográficas

O projeto, em qualquer caso (proposto ou aprovado via edital) deverá estar formatado segundo modelo do Departamento de Pesquisa e Extensão.

O trâmite para que os projetos sejam equiparados à atividade de estágio deverá seguir o seguinte fluxo:

1. Professor Orientador da entrada do Projeto na Coordenação de Curso, para que o coordenador tenha ciência e faça registro do desenvolvimento do projeto.

2. O Professor Orientador protocola o projeto no SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública - e aguarda a aprovação do projeto para posteriormente iniciar a execução; além de seguir todas as etapas que o SUAP exige até a conclusão e emissão de relatório.

Nota: O acompanhamento da execução será feito pelo Coordenador de Curso e no final da execução o coordenador informará via e-mail à Coordenação do Ensino Técnico que o projeto foi executado com êxito e que as horas de estágio estão validadas para a equipe componente do projeto, neste memorando o coordenador citará o título do projeto, o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

professor-orientador e os alunos envolvidos.

3. A coordenação do Ensino Técnico informará via Memorando (ou e-mail) à Direção de Ensino de que o projeto foi executado com êxito e solicita que sejam validadas as horas de estágio para a equipe executora do projeto.

4. A Direção de Ensino informa via memorando (ou e-mail) ao Departamento de Pesquisa e Extensão sobre a finalização do projeto e solicita registro e informação da atividade para o Registro Escolar.

Os casos omissos serão decididos pelo Departamento de Pesquisa e Extensão em conjunto com a Direção de Ensino.

Quanto à realização do estágio, o estudante deverá ser acompanhado por um Professor Orientador, designado pela coordenação do curso, levando-se em consideração as condições de carga horária dos professores. Além do Professor Orientador, o estudante também será acompanhado em sua prática profissional por um responsável técnico da empresa promotora do estágio.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Preenchimento e assinatura da Carta de Apresentação, Apêndice IV, (expedida pela Coordenação de Estágio e Egresso) e Carta de Aprovação de Estágio (pela empresa e/ou instituição do local de estágio);
- Plano de Atividades de Estágio (Apêndice VI) aprovado pelo Professor Orientador, juntamente com o supervisor técnico;
- Elaboração do Termo de Compromisso de Estágio (expedido pela Coordenação de Estágio e Egresso) e assinatura da Direção-Geral do *campus*;
- Reuniões do aluno com o Professor Orientador, nas quais serão discutidos eventuais situações-problema vivenciadas pelo aluno no ambiente de estágio;
- Elaboração de Relatório Final do Estágio, com assinatura e avaliação do desempenho do estagiário pelo supervisor técnico, bem como a avaliação final do Professor Orientador.

Após a conclusão do estágio, o estudante terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para entregar na Coordenação de Estágio e Egresso as seguintes documentações:

- a) Ficha de Avaliação de Estágio (Apêndice VI), assinada pela pelo Professor Orientador;
- b) Termo de Realização de Estágio (Apêndice VII);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

- c) Ficha de Avaliação do Supervisor da Concedente;
- d) Plano de Atividade de Estágio (Apêndice VI);
- e) Termo de compromisso de estágio assinado por todos os envolvidos.

f) Relatório Final de Estágio elaborado pelo aluno e entregue primeiramente ao Professor Orientador que promoverá a validação e expedição da Declaração de Validação de Relatório de Estágio (Apêndice VIII). O Relatório Final de Estágio seguirá o Guia Prático para Relatório de Estágio da instituição e deverá ser realizado na área afim do curso.

Após a conclusão do estágio, o estudante terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para entregar o Relatório Final de Estágio ao Professor Orientador, que fará a correção do ponto de vista técnico e emitirá uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo exigido ao estudante rendimento igual ou superior a 6,0 (seis).

Caso o estudante não alcance a nota mínima exigida no Relatório Final de Estágio, deverá ser reorientado pelo Professor Orientador, com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, e deverá entregá-lo ao Professor Orientador.

O Professor Orientador deverá preencher também a Ficha de Avaliação de Estágio, indicando o desempenho do aluno, entre 0 (zero) e 10 (dez).

O estudante deverá encaminhar as documentações supracitadas (originais) à Coordenação de Estágio e Egresso, que por sua vez encaminhará ao Registro Escolar para arquivar na pasta do aluno.

O Relatório Final de Estágio poderá ser apresentado aos professores e coordenador de curso e aos alunos da turma para socialização da experiência vivenciada.

#### **6.4.2 Atividades complementares**

A complementação na formação técnica é recomendada pelo Ministério da Educação para o desenvolvimento geral do profissional. Nesse sentido, as atividades complementares possibilitam o reconhecimento de habilidades e competências dos discentes, inclusive adquiridas fora do ambiente da Instituição e do curso.

Assim, de modo a permitir uma formação integral, os estudantes do referido curso devem cumprir um mínimo de 50 (cinquenta) horas de Atividades Complementares em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

caráter obrigatório, ao longo do curso.

Compreende-se como Atividade Complementar aquela que integra a carga horária do curso, no que se refere à prática profissional, e que pode ser cumprida pelo estudante de várias formas, de acordo com o planejamento ajustado pela Coordenação do Curso e critérios estabelecidos neste Projeto Pedagógico.

O estudante deverá solicitar via SUAP (<https://suap.ifap.edu.br>) o cômputo das horas conforme comprovante de realização da atividade anexado ao sistema, ao final de cada semestre letivo, conforme carga horária estabelecida na matriz curricular, em datas estabelecidas pela Coordenação de Curso, que também se responsabilizará pela validação dessas atividades.

As Atividades Complementares realizadas antes do início do curso, não podem ter atribuição de créditos, pois somente serão validadas as atividades desenvolvidas ao longo do curso no qual o aluno estiver regularmente matriculado. Cabe ressaltar, que as Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

As Atividades Complementares, integrantes da prática profissional, poderão compreender a participação em palestras, feiras, oficinas, minicursos (como Palestrante/Monitor/Instrutor), monitorias, prestação de serviços, estágios não-obrigatório, produção artística, ações culturais, ações acadêmicas, ações sociais, desenvolvimento de projetos de iniciação científica, de pesquisa e de extensão, cadastrados nas respectivas pró-reitorias, em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re) construídos no respectivo curso.

São aceitos como atividades complementares:

- **Estágio não-obrigatório** – A realização de estágio não-obrigatório, com remuneração, devidamente comprovado por documentação emitida pelo local de estágio, poderá ser validado somente quando a partir de 120 horas realizadas.
- **Projetos de Iniciação Científica** – As atividades a que se refere este item serão propostas e desenvolvidas sob forma de projetos e programas de pesquisa de natureza extracurricular, mediante a participação do aluno nos mesmos, visando a qualificação técnica e científica. Consideram-se também as apresentações de trabalhos em eventos científicos, sob forma de pôster, resumo ou artigo científico.
- **Atividades Culturais** – Participação de atividades em orquestra, grupo de teatro, grupo de coral, capoeira ou similares, oferecidas pelo IFAP, outras Instituições de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Ensino ou órgãos da sociedade civil organizada.

- **Atividades Acadêmicas** – Participação em eventos científicos como ouvinte e/ou atuante assim como organização de eventos escolares, científicos e culturais no IFAP, como semanas, jornadas, exposições, mostras, seminários e cursos de extensão, participação em jornada acadêmica ou atividades extracurriculares organizadas pela coordenação do curso de Meio Ambiente ou áreas afins, realizadas no IFAP ou em outras Instituições de ensino, pesquisa e extensão; participação em curso de extensão; proferir palestras profissionalizantes; cursar programas de aprendizagem ofertados por outras instituições de ensino profissionalizante ou de graduação; realizar atividades de monitoria relacionadas ao componente curricular.
- **Ações Sociais** – Realização de atividades sociais, como, por exemplo, a participação em projetos voltados para a comunidade que promovam melhoria da qualidade de vida, cidadania, educação, trabalho e saúde, seja na condição de organizador, monitor ou voluntário.

Cada atividade complementar terá uma carga horária mínima e máxima, conforme estabelecido no quadro abaixo, não permitindo ao aluno cumprir toda sua carga horária em um só tipo de atividade, ou seja, a carga horária mínima de 50 (cinquenta) das atividades complementares deverá ser cumprida em, no mínimo, 02 (dois) tipos de atividades.

Tabela 2 – Atividades

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Visitas técnicas (via coord. ou individual)	03 h	12 h
Participação em programas governamentais (Ex: menor aprendiz e outros)	30 h	30 h
Atividades científicas (participação em congressos, seminários, palestras, minicursos, fóruns, Workshops, mostra científica e tecnológica, feiras e exposições, monitorias, dentre outros)	04 h	20 h
Participação como Ministrante em atividades científicas e acadêmicas.	02 h	20 h
Atividades Esportivas (torneios, jogos, cursos de danças etc.)	04 h	08 h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Produção Acadêmica/Científica (autor ou co-autor de artigos publicados em jornais e/ou revistas científicas, anais, periódicos, livros ou capítulo de livros e painéis, projeto de pesquisa)	04 h	12 h
Cursos extracurriculares (línguas, extensão, aperfeiçoamento, treinamento, etc.)	10 h	30 h
Participação em atividades culturais: filmes, teatro, shows, feiras, exposições, patrimônios culturais.	02 h	12 h
Exercício de representação estudantil nos órgãos colegiados da Instituição	04 h	16 h
Ações Sociais: Participação em eventos sociais como monitor, voluntário ou organizador.	04 h	16 h
Estágio não obrigatório	20 h	20 h

## **7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES**

O aproveitamento de conhecimentos anteriores está de acordo com o Artigo 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 47 da resolução RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica” com a Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP.

Entende-se por aproveitamento de conhecimentos o processo de reconhecimento de componentes curriculares ou módulos cursados em uma habilitação específica, com aprovação no IFAP ou em outras Instituições de Ensino de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma subsequente, credenciadas pelos Sistemas Federal e Estadual, bem como em Instituições Estrangeiras, para a obtenção de habilitação diversa.

O aluno matriculado solicitará à Coordenação de Registro Escolar, em prazo estabelecido no Calendário Escolar, a dispensa do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s), tendo como base o aproveitamento de estudos anteriores, de acordo com o que estabelece os incisos I, II, III e IV do art. 46 da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica”, e a Resolução nº 015/CONSUP/IFAP, em seus artigos 33, 34 e 35 que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Subsequente no âmbito do IFAP.

A concessão do aproveitamento de estudo no curso supracitado, quando se tratar de componente(s) curricular(es), além do histórico escolar, é necessário apresentar o programa dos referidos componentes cursados com aprovação, com registro de conteúdos e carga horária total das aulas teóricas e práticas, devidamente autenticado e assinado pela Instituição de origem.

Quando se tratar de módulo(s) o aluno deverá anexar os seguintes documentos:

- Certificado de Qualificação Profissional de Nível Técnico com o histórico escolar, conforme estabelece art. 37 e art. 38 da Resolução CNE/CP N° 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, ou o documento comprobatório de habilitação do módulo inicial;
- O programa dos componentes curriculares cursados com aprovação, com registro de conteúdos e carga horária total das aulas teóricas e práticas, devidamente autenticado e assinado pela Instituição de origem.

Nos casos em que os documentos são oriundos de instituições estrangeiras, os mesmos deverão ter traduções oficiais, e o curso deverá ter sua equivalência com os inscritos no cadastro nacional de cursos de educação profissional técnica de nível médio, aprovada por instituição autorizada pelo MEC para tal fim.

Tratando-se de aproveitamento de componente(s) curricular(es) ministrado(s) no próprio IFAP o requerente ficará dispensado do cumprimento da entrega dos documentos da Instituição.

A análise da equivalência do(s) componente(s) curricular (es) ou módulo(s) será feita pela Coordenação de Curso observando a compatibilidade de carga horária, bases científico-tecnológicas ou competências/habilidades. O tempo decorrido da conclusão dos elementos mencionados acima não poderá ser superior a 02 (dois) anos ao pedido de aproveitamento do componente ou módulo solicitado no IFAP.

A avaliação da correspondência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas dos componentes curriculares apresentados e não sobre a denominação dos componentes curriculares cursados. Serão aproveitados os componentes curriculares cujos conteúdos e cargas horárias coincidirem em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com os programas dos componentes curriculares do respectivo curso oferecido pelo IFAP.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

O discente poderá obter dispensa, por aproveitamento de estudos, de, no máximo, 30% (trinta por cento) da carga horária total dos componentes curriculares do curso, sendo vedado o aproveitamento de estudos para componentes curriculares em que o requerente tenha sido reprovado. Não será permitida a solicitação de aproveitamento de estudos para alunos matriculados no primeiro módulo do curso, exceto para alunos transferidos durante o período letivo.

### **7.1 Do aproveitamento de experiências anteriores**

Entende-se por aproveitamento de experiências anteriores o processo de reconhecimento de competências adquiridas pelo aluno, mediante um sistema avaliativo, com vistas à certificação desses conhecimentos desde que coincidam com as competências requeridas nos componentes curriculares integrantes do referido curso.

Poderão ser aproveitadas experiências adquiridas:

- Em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (antigos cursos básicos); ou;
- Em atividades desenvolvidas no trabalho e/ou alguma modalidade de atividades não-formais.

O tempo decorrido da obtenção de experiências anteriores não poderá ser superior a 02 (dois) anos ao pedido de aproveitamento solicitado no IFAP.

O aluno matriculado solicitará à Coordenação de Registro Escolar, em prazo estabelecido no Calendário Escolar, a dispensa do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s) tendo como base o aproveitamento de experiências anteriores, de acordo com o que estabelece os incisos I, II, III e IV do art. 46 da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica”, e a Resolução nº 015/CONSUP/IFAP, em seus artigos 33, 34 e 35 que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP.

A solicitação do aluno deverá ser acompanhada de justificativa e/ou de documento(s) comprobatório(s) de experiência(s) anterior(es).

A Coordenação de Registro Escolar encaminhará o processo à Coordenação de Curso que designará uma comissão composta pelos seguintes integrantes: coordenador do curso, como presidente da comissão; um técnico da área pedagógica e no mínimo dois professores



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

abrangendo as áreas de conhecimento do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s) que o aluno solicita dispensa. Esta comissão realizará a avaliação das competências requeridas, apresentando posteriormente relatório contendo os resultados obtidos, bem como os critérios e os instrumentos adotados para a avaliação, devendo tal relatório constar do dossiê do aluno.

Para que o estudante tenha dispensa do(s) componente(s) curricular(es), ou módulo(s), deverá obter nota igual ou superior a 6,0 (seis.) em cada componente avaliado.

## **8 CRITÉRIOS E APROVEITAMENTO DE AVALIAÇÃO**

De acordo com a Seção II, Artigo 17º da Resolução nº 53/2019/CONSUP/IFAP que trata da Sistemática de Avaliação do Subsequente EaD no âmbito do Ifap. A avaliação acontecerá em cada período, sendo resultante de diversos instrumentos que permitam o diagnóstico e a verificação do rendimento escolar e deverão estar previstos no Plano Individual de Trabalho (PIT) de cada componente curricular, definida no planejamento em cada polo.

§1º Cabe ao professor adotar uma diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação, tais como: atividades teóricas práticas individual ou em grupo, trabalhos de pesquisa, estudos de caso, júri simulado, projetos, situações-problemas, fóruns, chats, videoconferência, atividades dirigidas, wiki, elaboração de portfólios, relatórios, provas escritas e/ou oral e/ou prática, entre outros.

§2º Cada componente curricular terá 2 (dois) momentos avaliativos: 1 (um) presencial e outro EaD, sendo: uma única Etapa avaliativa, onde cada momento avaliativo valerá de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

§3º O momento presencial será realizado através de avaliação aplicada individualmente ou em grupo, escrita e/ou oral e/ou prática, conforme a especificidade do componente curricular.

§4º O momento EaD será a somatória das notas das atividades avaliativas realizadas a distância através da plataforma online, que serão postadas pelo professor mediador (tutor) responsável pelo componente curricular.

Na formação de nota quantitativa referente ao momento EaD, deverão ser adotados, no mínimo, dois Instrumentos avaliativos diferenciados, (fóruns, chats, videoconferência, questionário, atividades dirigidas, wiki e etc.). O momento presencial será constituído de um único instrumento avaliativo que pode ser: (Atividades, projetos, pesquisas, relatórios, seminários, provas e práticas de laboratório).

Art. 18º Para a composição da nota do Componente Curricular



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

na etapa avaliativa, será calculada da média aritmética da quantidade de Instrumentos Avaliativos e constará da seguinte fórmula:

$$MC = \frac{(MEaD + MP)}{2}$$

Sendo:

MC = Média do Componente Curricular

MEaD = Instrumento avaliativo em EaD

MP = Instrumento avaliativo Presencial

Conforme o artigo 19º, o estudante que deixar de comparecer ao momento presencial, por motivo relevante e justificável (devidamente comprovado) terá direito a uma segunda oportunidade, desde que requeira à Seção de Gerenciamento de Registro Escolar e Acadêmico ou via Sistema disponível, o qual encaminhará à coordenação de curso para análise e parecer.

Art. 20º Será considerado aprovado o aluno que, ao final da Etapa atenda todos os critérios abaixo:

§1º Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada componente curricular do SEMESTRE.

§2º Obter média aritmética igual ou superior a 60 (sessenta) de acordo com a seguinte fórmula do art. 18º.

§3º Caso ainda haja deficiências na aprendizagem, após a computação dos resultados do rendimento do aluno, o professor deve procurar fazê-lo avançar em direção às competências e habilidades estabelecidas, através de estudos de recuperação final

### **8.1. Recuperação final**

De acordo com o artigo 21º, a recuperação final será oferecida quando computados os resultados dos momentos avaliativos, através da média aritmética, para os alunos que não atingirem o mínimo de 60 (sessenta) pontos na média curricular (MC) do componente.

§1º No período de Recuperação Final, serão ministradas 04 (quatro) aulas, sendo 02 (duas) referentes a revisão de conteúdos que os alunos apresentaram dificuldades de aprendizagem durante a etapa avaliativa, e 02(duas) aulas para aplicação do instrumento avaliativo final presencial, a fim de que estes alcancem conhecimentos e obtenham aprovação com êxito.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

§2º A recuperação final será computada como instrumento avaliativo expresso por uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

§3º Será considerado aprovado, após a recuperação final, o estudante que obtiver média final igual ou maior que 60 (sessenta), calculada através da seguinte equação:

$$MFC = \frac{(MC + NRF)}{2}$$

Sendo:

MFC = Média Final do Componente Curricular

MC = Média do Componente Curricular

NRF= Nota da Recuperação Final

§4º Após a recuperação, o estudante que não alcançar a média 60 (sessenta), prosseguirá para o período seguinte, podendo cursar concomitantemente, esse(s) componentes(s) objeto(s) de reprovação aliada às condições e ofertas da Instituição.

§5º *Os componentes objetos de reprovação no semestre serão ofertados, tendo em vista a oferta do curso pela instituição e existência de vagas.*”

## 9 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A estrutura física proposta para o curso serão montadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá na execução do curso.

### 9.1 Estrutura didático pedagógica

**Salas de Aula:** Com 40 (quarenta) carteiras, quadro branco, lousa digital, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.

**Biblioteca:** Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e **acesso à Rede Federal para acesso às bases de dados científicas**. Quanto ao acervo da biblioteca deve ser atualizado com no mínimo 3 referências das bibliografias indicadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares do curso.

A Biblioteca deverá operar com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

exemplares. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

A estrutura do acervo Bibliográfico, disponibilizados na ementa, necessária para o curso supracitado será descrita a seguir.

Tabela 3 – acervo bibliográfico

Módulo	Componente Curricular	Bibliografia	Quantidade
1º	Ambientação em Ensino a Distância	BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.	4
		LIMA, A. Fundamentos e Práticas na EAD. Natal: UFRN – ETEC – Brasil, 2009.	1
		VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus- Elsevier, 2004.	10
		MONTEIRO, Mario. Introdução à organização de computadores. Rio de Janeiro: LTC, 2007.	12
		SILVA, C. R. de O. Educação a Distância. 3. ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2009.	6
1º	Português Instrumental	BOWDEN, John. Escrevendo excelentes relatórios. Trad.: Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Markt Books, 2001.	6
		MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental - De acordo com as atuais normas da ABNT - 29ª Edição.2010.	9
		BAZERMAN, Charles. <b>Gêneros, tipificação e interação.</b> 4º ed. São Paulo: Cortez,2011.	3
		CHARAUDEAU, Patrick. <b>Linguagem e discurso:</b> modo de organização. São Paulo: contexto, 2008.	5
		RODRIGUEZ, Manuela M. <b>Manual de modelos de cartas comerciais.</b> 4. ed. São Paulo: Atlas ,2000.	7
1º	Estatística Ambiental	CRESPO, A. Estatística Fácil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.	10
		DORIA, U. Introdução à Estatística. São Paulo: Negócio Ed., 1999.	8
		HOEL, P. G. Estatística Elementar. 4.ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1972. 311p.	6
		CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2004. 255p.	5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

		CASTRO, Lauro Sodré Viveiros. <b>Exercícios de Estatística</b> . Rio de Janeiro: Científica, 1994.	4
1º	Gestão e Educação Ambiental	LOUREIRO, C. F. B.; Azaziel, M; Franca, N. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. Rio de Janeiro: Ibase; Brasília: Ibama, 2003. 44p	10
		BRASIL. Documento-Base da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.	6
		BRASIL. Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias. Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.	8
		LIMA, F. G. C. Educação ambiental crítica: do socio ambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.	5
		LUSTOSA, M.C., VINHA, V. Economia do Meio Ambiente: Teoria e prática. São Paulo: ELSEVIER, 2003	2
1º	Metodologia do Trabalho Científico	GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.	2
		LAKATOS E. M. e MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.	30
		SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.	27
		KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.	10
		MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: práticas de fichamento, resumo e resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.	10
2º	Ecologia dos Ecossistemas	BRAGA B. et al. Introdução à engenharia ambiental. 2º edição. São Paulo: Pearson Hall, 2005.	15
		ODUM, E. P; BARRET, G. W. Fundamentos em Ecologia: 5ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017.	12
		MOTA, J.A. O valor da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.	8
		PEIXOTO, A. L.; LUZ, R. J. P. e BRITO, M. A. Conhecendo a biodiversidade. Brasília: MCTIC, CNPq, PPBio, 2016.	6
		RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. Tradução Pedro P. de Lima-e-Silva, Patrícia Mousino. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2009	20
2º	Política e Legislação Ambiental	ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2023.	5
		FIORILLO, Celso Antonio P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 23. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.	18
		ANTUNES, Paulo de Bessa. Federalismo e competências ambientais no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.	12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

		FARIAS, Talde. Licenciamento Ambiental: aspectos teóricos e práticos. 8 ed. Belo Horizonte: Forum, 2022.	9
		MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 28 ed. São Paulo: JusPodvm, 2022.	20
2º	Ecoturismo	AMAPÁ. Plano estadual de turismo do amapá. 2016	2
		BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.	1
		PHILIPPI, Arlindo Jr (Coord.). Curso de Gestão ambiental. 2 ed. São Paulo: Manole, 2015.	14
		BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. DADOS ABERTOS. <b>Índice de Competitividade</b> . 2018. Disponível em: < <a href="http://www.turismo.gov.br/assuntos/5302-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html">http://www.turismo.gov.br/assuntos/5302-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html</a> >. Acesso em: 23 mar. 2021.	Internet
2º	Ética, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável	VILAÇA, W. P. T; MENEZES, E. Ética e Responsabilidade Socioambiental. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2015.	4
		RABELO, N. S; SILVA, C. E. Modelos de indicadores de Responsabilidade Corporativa. Revista Brasileira de Administração Científica, Aquidabã, v.2, n.1, junho, 2011.	7
		ARENT, H. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.	5
		BRAGA et al. Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª Edição. São Paulo: Prentice hall, 2005.	15
2º	Saneamento Ambiental	BARROS, R. T. V. Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos. Belo Horizonte: Tessitura, 2012.	12
		FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. 3 ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.	15
		BARBOSA, R. Pa. Resíduos sólidos, impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Erica, 2014	10
3º	Áreas Protegidas	ANDRADE, R. A. Gestão Participativa de Unidades de Conservação Federais no Sul do Amazonas. In: Bensusan, N.; Prates, A.P. A Diversidade cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil. IEB Mil Folhas. p. 683-692. 2015.	4
		DRUMMOND, J. A; DIAS, T. C. A. C; BRITO, D. M. C. Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.	2
		CAVALCANTE, M. M. DE A. et al. HIDRELÉTRICAS E UNIDADE DE	2





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

		CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA. Mercator (Fortaleza), v. 20, p. e20017, 2021	
		MEDEIROS, R. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. Ambiente & Sociedade, vol. 9 n. 1. 2006.	5
		BRAGA et al. Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª Edição. São Paulo: Prentice hall, 2005.	15
3º	Gestão de Resíduos Sólidos	BARROS, R. T. V. Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos. Belo Horizonte: Tessitura, 2012.	8
		CASSINI, S. T. Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos. ABES. 2003.	6
		BARBOSA, R. Pa. Resíduos sólidos, impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Erica, 2014	10
		CASTILHOS JR. A. B. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. ABES. 2006.	6
3º	Recuperação de Áreas Degradadas	ARAÚJO, G. H. DE S.; ALMEIDA, J. R. DE; GUERRA, A. J. T. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.	10
3º	Recuperação de Áreas Degradadas	RODRIGUES, D; MOERI, E. Áreas contaminadas, remediação e revitalização. 3 ed. São Paulo: 2007	4
		EMBRAPA – Práticas de Conservação do solo e recuperação de áreas degradadas por Paulo Guilherme Salvador Wadt ET AL, Ro Branco, AC, 2003.	2
		IBAMA. Manual de Recuperação de áreas degradadas pela mineração. Brasília, IBAMA, 1990, 96 p.	2
		MARTINS, S.V. (Ed.) Restauração ecológica de ecossistemas degradados. Viçosa: Editora UFV, 2012, 293p.	12
3º	Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental	BRAGA, B.; HESPAHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à engenharia ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 318p.	15
		GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. (Ed.). Avaliação e perícia Ambiental. 8. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 294p.	8
	Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental	BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA Nº 001/1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Data da legislação: 23/01/1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 1986, p. 2548-2549.	6
		BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA Nº 011/1986. Dispõe sobre alterações na Resolução nº 1/86. Data da legislação: 18/03/1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 maio 1986, p. 6346.	6
		BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA Nº 237/1997.	2
		DONARE, Denis. Gestão Ambiental na Empresa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.	10



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

3º	Sistema de Gestão, Certificação e Auditoria Ambiental	TACHIZAWA, Takeshi. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.	10
		ABNT - ISO 14.001 – Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes para Uso. Associação Brasileira de Normas Técnicas.	14
		ABNT 1. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Sistemas da gestão ambiental – Requisitos como rientações para uso. NBR ISO 14001:2004. 2004.	6
		ABNT. NBR ISO 14.001:2004 – Sistemas da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2004.	5

**Laboratório de Informática:** Com 40 (quarenta) computadores, projetor multimídia, lousa digital, tela para projeção, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones, internet.

A estrutura física dos laboratórios, necessárias para o curso supracitado, será descrita a seguir.

Tabela 4 – Laboratório de Informática EAD

Descrição	Unidades
40 computadores HP All-in-one Elite 800 Todos com Core i5, 4GB RAM, 500GB de HD - Windows 7Professional 64bits.	40
Softwares específicos	Variável
Mesas para computadores destinado aos alunos	40
Cadeiras	41
Centrais de Ar	2
Roteador Wi-fi	1
Armário Grande	1
Mesa para o professor	1
Quadro magnético branco	1

Tabela 5 – Laboratório de Informática 01

Descrição	Unidades
40 computadores TCORP All-in-one Orion X5 Todos com Core i5, 12GB RAM, 1TB de HD - Windows 10Professional 64bits	40
Softwares específicos	Variável
Mesas para computadores destinado aos alunos	40
Cadeiras	41
Centrais de Ar	2
Nobreaks	5
Mesa para o professor	1
Quadro magnético branco	1

Tabela 6– Laboratório de Informática 02

Descrição	Unidades
-----------	----------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

32 computadores HP All-in-one 6000 Pro Todos com Core 2 Duo, 4GB RAM, 500GB de HD - Windows 7 Professional 64bits.	32
Softwares específicos	Variável
Mesas para computadores destinado aos alunos	32
Cadeiras	33
Centrais de Ar	2
Mesa para o professor	1
Quadro magnético branco	1
Roteador	1

Para acesso aos sistemas de informações geográficas, os laboratórios possuem o programa **GOOGLE EARTH** e o **QGIS**.

Para acesso ao sistemas de desenho técnico, os laboratórios possuem o programa **SKETCHUP**, além de pode contar com programas acessados pela internet.

**Das aulas em campo:** As aulas de campo, são projetos, exercícios ou atividades que saem da parte teórica da sala de aula para exemplificar um conceito ou propor uma experiência em um ambiente externo. Para essas visitas Técnicas, a museus ou parques, e passeios a locais históricos ou de natureza, por exemplo, o curso de Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente, na modalidade subsequente EAD, dispõem de material conforme a tabela a seguir.

Tabela 7- Equipamentos para trabalho de campo.

Material para aula de campo	
Equipamento	Quantidade
Luvas de segurança	90
Drones	3
Bússolas	10
Coletes Refletivos	90
Máscaras de segurança e respiradores	90
Cinto de segurança	90
Óculos de segurança	45
Botas de proteção de PVC	90
Sapatos de proteção rasteiras	90
Foice	5
Pá	5
Enxada	8
Ancinho	10
Facão	15
Capacetes	45
Motoserra	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Roçadeira	4
Protetor auricular	45
Pick-up	2
Ônibus	1

## 10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Os quadros abaixo demonstram a disponibilidade vigente de docentes e técnicos administrativos do quadro de pessoal do Campus Laranjal do Jari para atender ao funcionamento do curso.

### 10.1 Pessoal docente

Tabela 8 – Corpo Docente do Campus Laranjal do Jari, responsável pelo desenvolvimento das disciplinas Técnicas da área de Meio Ambiente

NOME DO SERVIDOR	FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
<b>PROFESSORES DA ÁREA ESPECÍFICA</b>		
Anderson Pedro Bernardina Batista	Engenheiro Florestal / Doutor	DE
Anderson Silva de Almeida	Engenheiro Florestal / Bacharel	Substituto
Diego Armando Silva da Silva	Meio ambiente / Doutor	DE
Jamille de Fátima Aguiar de Almeida Cardoso	Bacharel em Ciências Ambientais / Mestre	DE
Germano Slominski Burakowski	Engenheiro Florestal/ Especialista	DE
Juliana Eveline dos Santos Farias	Recursos Naturais/Mestre	DE
Marcos Alves Nicacio	Meio ambiente / Doutor	DE
Raimundo de Moura Rolim Neto	Meio Ambiente/Mestre	DE
Wanderson Michel de Farias Pantoja	Meio Ambiente / Doutor	DE
Warley Rafael Oliva Brandão	Meio Ambiente/Doutor	DE

Tabela-9 - Corpo Docente do Campus Laranjal do Jari- disciplinas de complementação necessárias para complementação do Curso

<b>PROFESSORES DE OUTROS EIXOS TECNOLÓGICOS E FORMAÇÃO GERAL</b>		
Adauto cavalcante Meneses	Informática / Mestre	DE
Ana Lis Pimentel Brilhante	Língua portuguesa/ Mestra	DE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Anderson Nascimento Vaz	Informática/Especialista	DE
Darley Calderaro Leal Matos	Biologia/ Doutora	DE
Franciscleyton dos Santos da Silva	Filosofia / Mestre	DE
Jane Barbosa Santos	Informática / Mestra	DE
Jonas de Brito Campolina Marques	Biologia / Doutor	DE
Lucicleuma Lobato do Amaral	Matemática / Especialista	DE
Luiz Fernando Lobato Saraiva	Matemática / Especialista	DE
Michael Machado de Moraes	Matemática / Mestre	DE

Na tabela 8, encontra-se os professores da área específica, que serão os responsáveis pela ministração dos componentes curriculares técnicos, ofertados na ementa (Gestão e Educação Ambiental, Ecologia, Política e Legislação Ambiental, Ecoturismo, Saneamento Ambiental, Áreas Protegidas, Gestão de Resíduos Sólidos, Recuperação de Áreas Degradadas, Licenciamento e Avaliação de Impactos Ambiental e por ultimo o componente curricular Sistemas de Gestão, Certificação e Auditoria Ambiental).

Na tabela 9, encontra-se os professores dos componentes curriculares complementares, necessários para a formação do Técnico em Meio Ambiente, ofertados na ementa (Ambientação em Ensino a Distância, Português Instrumental, Estatística Ambiental, Metodologia do Trabalho Científico e Ética, Sociedade e Desenvolvimento)

## 10.2 Pessoal técnico-administrativo

Tabela10 - Pessoal Técnico-Administrativo Campus Laranjal do Jari

Nome do Servidor	Função	Formação / Titulação
Ananda da Silva Araújo	Técnico em Laboratório - Biologia	Bacharel em Ciências Biológicas – Especialista
Deziane Costa Da Silva	Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia – Especialista
Jackson Rodrigo de Lima Barbosa	Técnico em Laboratório – Florestas	Engenheiro Florestal Técnico em floresta
Jairison Silva de Souza	Técnico em Laboratório - Informática	Técnico em Informática
José Raimundo da Costa Gomes	Responsável Registro Acadêmico Escolar	Tecnólogo em Gestão da Informação
Leide Pantoja Pureza	Auxiliar de Biblioteca	Licenciatura em Letras
Márcia Cristina Távora do Nascimento	Pedagogo	Licenciatura em Pedagogia – Especialista
Mercedes Campos de Figueiredo	Bibliotecária	Bacharel em Biblioteconomia -Especialista
Misael de Souza Fialho	Assistente de Alunos	Técnico em Segurança do Trabalho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Monica Silva e Silva	Assistente de Alunos	Técnico em Radiologia - Especialista
Sérgio Augusto Brazão	Responsável Setor de Educação a Distância	Licenciatura em Pedagogia – Especialista
Welton de Lima Cordeiro	Técnico em Assuntos Educacionais	Licenciatura em História – Especialista

Na tabela 10, encontrasse os Técnico-Administrativo do Campus Laranjal do Jari composta por (técnicos de laboratórios, assistente de alunos, auxiliar de biblioteca, assistente administrativo responsável pelo registro escolar, técnico em assunto educacionais, e pedagogos ) necessário para o desenvolvimento dos 20% das atividades presenciais, contidas no plano de curso conforme previsto no item 6.1 que trata da forma de organização do curso.

## 11 CERTIFICADOS OU DIPLOMA

O discente estará habilitado a receber o diploma de conclusão, desde que atenda as seguintes condições:

- Cursar os 03 (três) módulos com aprovação e frequência mínima nos componentes curriculares que compõem a matriz curricular seguindo as normas previstas na Instituição;
- Estar habilitado profissionalmente, após ter cursado carga horária total de 1.200 horas, necessárias para o desenvolvimento das Competências e Habilidades inerentes ao profissional;
- Concluir Prática Profissional de no mínimo 250 horas, realizada em instituições públicas ou privadas, devidamente conveniadas com o IFAP e que apresentem condições de propiciar experiências práticas adequadas nas áreas de formação profissional do aluno;
- Não estar inadimplente com os setores da unidade de ensino em que está matriculado, tais como: biblioteca e laboratórios, apresentando à coordenação de curso um nada consta;
- Não possuir pendências de documentação no registro escolar, apresentando à coordenação de curso um nada consta.

Desta forma, ao término do curso, com a devida integralização da carga horária total prevista, incluindo a conclusão da prática profissional, o aluno receberá o Diploma de **Técnico em Meio Ambiente.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

## 12 REFERÊNCIAS

ALMOULOU, 1997. BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica.** CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS TÉCNICOS. Edição 2012.

BARBOSA, Anderson Luiz; MENDES, Leonardo de Souza. **Ambientes virtuais de aprendizagem.** In: CARLINI, Alda Luiza; TARCIA, Rita Maria Lino (Org.). **20% a distância e agora?** Orientações práticas para o uso de tecnologias de educação a distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010, p. 161-170.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.268**, DE 18 DE JUNHO DE 2014. Altera o decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)>. Acesso em: 31 Out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.533**. Que institui a Política Nacional de Educação Digital – PNED e altera as demais leis nº 9.448, 10.260 e 10.753. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.645-de-2-de-agosto-de-2023-500551091>>. Acesso em Outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta art. 80 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/99**. (Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico).

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 30 Out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.057**, 25 de Maio de 2017. Regulamenta o art. 80 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 30 Out. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021** que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Disponível em:

<[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN12021.pdf?query=vida%20escolar](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12021.pdf?query=vida%20escolar)> . Acesso em: 30 Out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.741/2008** de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de julho de 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm)>, Acesso em: 30 Out. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 1**, de 3 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004).

BRASIL. **Resolução Nº 54**, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Organização Didático- Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no âmbito do Instituto Federal do Paraná.

BRASIL. **Resolução Nº 02**, de 30 de janeiro de 2012 (Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio).

BRASIL. **Resolução Nº 4**, de 6 de junho de 2012 (Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio).

BRASIL. **Resolução nº 07/2014/CONSUP/IFAP**, reformulada por meio da Resolução nº 100/2020/CONSUP/IFAP, que aprova a Instrução Normativa nº 01/2020/CONSUP/IFAP para elaboração e atualização dos Planos de Cursos Presenciais e a Distância do IFAP. Disponível <<http://ifap.edu.br>>. Acesso em: 30 Out. 2023

BRASIL. **Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP** que Dispõe Sobre a Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na FORMA SUBSEQUENTE na MODALIDADE PRESENCIAL E EAD, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Disponível <<http://ifap.edu.br>>. Acesso em: 27 Nov. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 20/2015/CONSUP/IFAP** de 20 de abril de 2015, que aprova a regulamentação de estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Disponível <<http://ifap.edu.br>>. Acesso em: 30 Out. 2023.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

BRASIL. **Resolução nº 058/2014/CONSUP/IFAP**, de 04 de dezembro de 2014, retificada em 28 de abril de 2015, que aprova a realização de estágio através de projetos de pesquisa e/ou extensão dos cursos técnicos – integrados e subsequentes das turmas a partir de 2011/IFAP Disponível <[http:// ifap.edu.br](http://ifap.edu.br)>. Acesso em: 24 Nov. 2023.

BRASIL. **Resolução Nº 53/2019/CONSUP/IFAP**, de 29 de maio de 2019 aprova a alteração da sistemática de avaliação da resolução nº 015/2014/consup/ifap que dispõe sobre a regulamentação da educação profissional técnica de nível médio na forma subsequente na modalidade presencial e ead. Disponível <[http:// ifap.edu.br](http://ifap.edu.br)>. Acesso em: 27 Nov. 2023.

**Catálogo Nacional De Cursos Técnicos- CNCT, 4º edição**, Disponível em <http://portal.mec.gov.br/catalogonct/> Acesso em 24 de Outubro 2023.

CHAGAS, M. A. **A Consolidação da Fronteira da Preservação e as Cidades-Parques na Amazônia: O Caso do Vale do Jari, no Amapá. VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2015, Brasília. VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015.

CHAGAS, M. A. **Unidades de Conservação do Amapá: Cenário Atual e Prospectivo**, 2012. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/cambientais/files/2012/01/Unidades-de-Conservacao-do-Amapa.pdf>>. Acesso em: 27 Nov. 2023 .

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2005.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, 1999**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/arranjospopulacionais/1999>>. Acesso em: 26 Nov. 2023,

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. **O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/stic/analise\\_resultados.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/stic/analise_resultados.pdf)>. Acesso em 29 de Outubro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Censo Demográfico 2016**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 27 Nov. 2023.

Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amapá - IFAP. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Amapá-IFAP**. Macapá, 2019. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/component/k2/item/4450>. Acesso em: 30 Out. 2023.

LEAL, Luciana Nunes e NEDER, Vinícius. **IBGE traça o retrato do desmatamento no Brasil**. Estadão, Notícias. disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-traca-o-retrato-do-desmatamento-no-brasil,887875>> acesso em: 27 Nov 2023.

MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning, Portal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

Educação, 2011.

PETIT, Pere. **Os governos brasileiros e a “ocupação” e o “desenvolvimento” da Amazônia:1960-2005.** In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado e CHAMBOULEYRON, Rafael (org.).T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI). Belém: Ed.Açaí/Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

APÊNDICES OU ANEXOS

ANEXO I - MODELO DE DIPLOMA FRENTE E VERSO

  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

*Diploma*

O Diretor Geral do Câmpus Macapá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, no uso de suas atribuições e considerando a conclusão do *Curso Técnico de Nível Médio em XXXXXXXX*, na forma *XXXXXXX* eixo tecnológico *XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX*, em 27 de fevereiro de 2013, confere o título de Técnico em *XXXXXXX* a

***João Teixeira da Silva***

Nacionalidade brasileiro, naturalidade amapaense – AP, nascido em 5 de dezembro de 2013, RG 000000000 POLITEC-AP, CPF 000000000 e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Macapá, 24 de junho de 2013

_____ Diretor Geral - Câmpus Macapá Portaria nº XXX	_____ Diplomado	_____ Reitor Portaria nº XXX
---	--------------------	------------------------------------

Curso _____, aprovado pela Resolução nº _____, de ____/____/____ Ifap. Código autenticador no Sistec nº _____.
<b>Carga horária total do curso: xxxx horas</b>
Diploma expedido pelo (nome do setor), do Câmpus _____, data ____/____/____.
_____ Assinatura

Registro com validade em todo o território nacional, conforme Lei nº 9.394 de 20/12/1996, art. 48, §1º, Lei nº 11.892, de 29/12/2008, art. 2º, §3º, sob o nº _____, Livro nº _____, às folhas nº _____, conforme processo nº _____.
Data ____/____/____
_____ Assinatura do responsável (nome, cargo, e Portaria)

VERSO

Fonte–Coordenação de Registro-Escolar- IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP  
CAMPUS LARANJAL DO JARI

## ANEXO II - MODELO DE HISTÓRICO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ  
Campus Laranjal do Jari - Telefone: (96) 3621-1631  
Rua Nilo Peçanha, CEP 68.920-000, Laranjal do Jari (AP)  
CNPJ: 10.820.882/0003-57 ( Código e-MEC: 1066204 )

### HISTÓRICO ESCOLAR PARCIAL

#### Dados Pessoais

Nome:		Sexo:	
CPF:	Nacionalidade:	Naturalidade:	
Data de Nasc.:	Identidade:		

Período Letivo	Período Matriz	Componentes Curriculares			C.H.	Nota/ Conceito	Freq.	Situação
		Código	Descrição	Turma				
-	3	TSUB. 0782	Uso e Manejo do Solo	-	60	-	-	-
-	4	TSUB. 0783	Gerenciamento de Resíduos Sólidos	-	60	-	-	-
-	4	TSUB. 0784	Avaliação de Impacto Ambiental	-	60	-	-	-
-	4	TSUB. 0786	Geoprocessamento	-	60	-	-	-
-	4	TSUB. 0787	Política Agrária e Desenvolvimento na Amazônia	-	30	-	-	-

#### PRÁTICA PROFISSIONAL

Período Letivo	Período Matriz	Componentes Curriculares			C.H.	Nota/ Conceito	Freq.	Situação
		Código	Descrição	Turma				
-	4	TSUB.0554	Estágio e/ou Projeto	-	200	-	-	-

#### QUADRO RESUMO

CH Obrigatória		CH Prática Profis.		CH Ativ. Complementar		CH Total		I.R.A
P	C	P	C	P	C	P	C	
1230	0	200	0	50	0	1480	0	0,00

P = Carga Horária Prevista / C = Carga Horária Cumprida

Este documento foi emitido pelo IFAP. Para comprovar sua autenticidade, acesse [https://suap.ifap.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.ifap.edu.br/comum/autenticar_documento/)

Código de Autenticação: 9294b0 - Tipo: Histórico - Data da Emissão: 15/09/2023 - Data de Validade: 15/10/2023

Fonte: [suap.ifap.edu.br](https://suap.ifap.edu.br)